

2023



NOTAS EXPLICATIVAS

ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Elaboração
Subsecretaria de Contabilidade - SUBCON/SPOC/SG



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO 2023

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis do MPU (DCONs), as quais são materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro e nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

BRASÍLIA – DF
2024

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Procurador-Geral da República

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO

Vice-Procurador-Geral da República

HINDENBURGO CHATEAUBRIAND PEREIRA DINIZ FILHO

Secretária-Geral do MPU

ELIANA PÉRES TORELLY DE CARVALHO

Secretário-Geral Adjunto do MPU

PAULO ROBERTO SAMPAIO ANCHIETA SANTIAGO

Secretária de Planejamento, Orçamento e Contabilidade

IONARA OLIVEIRA CARDOSO OLIVEIRA CRUZ

Secretária de Planejamento, Orçamento e Contabilidade Adjunta

PATRÍCIA MIDORI TAYAMITI

Subsecretário de Contabilidade

ANTÔNIO PEREIRA DE CARVALHO

EQUIPE TÉCNICA

Iuri Euclides da Silva – Chefe da Divisão de Análise Contábil

Sebastião Pereira dos Santos – Chefe da Divisão de Normas e Procedimentos Contábeis

Adrieno Reginaldo Silva

Aline Cosme da Cunha

Maria Ediclecia de Almeida Guerra Menezes

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	3
LISTA DE TABELAS.....	4
LISTA DE GRÁFICOS	5
INTRODUÇÃO	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS	11
2.1 – Base de Preparação das Demonstrações Contábeis	11
2.2 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis.....	11
2.3 – Conformidade Contábil das DCONs	15
3. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.	15
3.1 – Balanço Patrimonial.....	16
3.1.1. <i>Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa.....</i>	<i>19</i>
3.1.2. <i>Nota 02 – Créditos a Curto Prazo</i>	<i>20</i>
3.1.3. <i>Nota 03 – Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente</i>	<i>21</i>
3.1.4. <i>Nota 04 – Imobilizado.....</i>	<i>21</i>
3.1.5. <i>Nota 05 – Intangível.....</i>	<i>23</i>
3.1.6. <i>Nota 06 – Férias a Pagar</i>	<i>24</i>
3.1.7. <i>Nota 07 – Fornecedores e Contas a Pagar.....</i>	<i>25</i>
3.1.8. <i>Nota 08 – Demais Obrigações a Curto Prazo</i>	<i>26</i>
3.1.9. <i>Nota 09 – Demais Reservas</i>	<i>27</i>
3.1.10. <i>Nota 10 – Atos Potenciais Ativos.....</i>	<i>34</i>
3.1.11. <i>Nota 11 – Atos Potenciais Passivos.....</i>	<i>35</i>
3.1.12. <i>Nota 12 – Superávit/Déficit Financeiro.....</i>	<i>36</i>

3.2 – Demonstração das Variações Patrimoniais.....	37
3.2.1. <i>Nota 13 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</i>	39
3.2.2. <i>Nota 14 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas.....</i>	39
3.2.3. <i>Nota 15 – Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais</i>	40
3.2.4. <i>Nota 16 – Benefícios a Pessoal.....</i>	41
3.2.5. <i>Nota 17 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais</i>	42
3.2.6. <i>Nota 18 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</i>	43
3.2.7. <i>Nota 19 – Transferências Intragovernamentais</i>	45
3.2.8. <i>Nota 20 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas....</i>	45
3.2.9. <i>Nota 21 – Incorporação de Passivos</i>	46
3.2.10. <i>Nota 22 – Desincorporação de Ativos</i>	46
3.2.11. <i>Nota 23 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas</i>	47
3.2.12. <i>Nota 24 – Resultado Patrimonial.....</i>	48
3.3 – Balanço Orçamentário	49
3.3.1. <i>Nota 25 – Execução Orçamentária da Receita.....</i>	53
3.3.2. <i>Nota 26 – Execução Orçamentária da Despesa</i>	53
3.3.3. <i>Nota 27 – Execução Orçamentária dos Restos a Pagar.....</i>	55
3.4 – Balanço Financeiro	58
3.4.1. <i>Nota 28 – Receita Orçamentária</i>	60
3.4.2. <i>Nota 29 – Despesa Orçamentária.....</i>	61
3.4.3. <i>Nota 30 – Repasse Concedido</i>	61
3.4.4. <i>Nota 31 – Pagamento de Restos a Pagar</i>	61
3.4.5. <i>Nota 32 – Resultado Financeiro</i>	63
3.5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	64
3.5.1. <i>Nota 33 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	65
3.6 – Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido	66
4. ANEXO – Informações sobre reavaliação e desvalorização de bens imóveis.....	67

LISTA DE SIGLAS

AH	Análise Horizontal
AV	Análise Vertical
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CP	Curto Prazo
DCONs	Demonstrações Contábeis do Ministério Público da União
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DMPL	Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
ESMPU	Escola Superior do Ministério Público da União
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
MPF	Ministério Público Federal
MPM	Ministério Público Militar
MPT	Ministério Público do Trabalho
NBC TSP	Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NExp	Nota Explicativa
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PCP	Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PGR	Procuradoria-Geral da República
PTM	Procuradoria do Trabalho no Município
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SUBCON	Subsecretaria de Contabilidade
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termo de Execução Descentralizada
VPA	Variação Patrimonial Aumentativa
VPD	Variação Patrimonial Diminutiva

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantitativo de Unidades do MPU - Por Unidade Orçamentária	10
Tabela 2 - Créditos a Curto Prazo - Composição	20
Tabela 3 - Imobilizado - Composição	22
Tabela 4 - Bens Móveis - 2023 e 2022.....	22
Tabela 5 - Bens de Uso Especial - 2023 e 2022	23
Tabela 6 - Intangível - Composição	24
Tabela 7 - <i>Softwares</i> - 2023 e 2022.....	24
Tabela 8 - Férias a Pagar - 2023 e 2022	25
Tabela 9 - Fornecedores e Contas a Pagar - Por Contratante	26
Tabela 10 - Reserva de Reavaliação	28
Tabela 11 - Garantias e Contragarantias Recebidas.....	34
Tabela 12 - Obrigações Contratuais - Composição.....	35
Tabela 13 - Cálculo do Superávit Financeiro - 2023 e 2022.....	36
Tabela 14 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas - Composição	40
Tabela 15 - Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais - Composição	41
Tabela 16 - Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais - 2023 e 2022	41
Tabela 17 - Benefícios a Pessoal - Composição	42
Tabela 18 - Benefícios a Pessoal - 2023 e 2022.....	42
Tabela 19 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Composição.....	43
Tabela 20 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais - 2023 e 2022	43
Tabela 21 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - Composição.....	44
Tabela 22 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - 2023 e 2022.....	44
Tabela 23 - Transferências Intragovernamentais - Composição	45
Tabela 24 - Desvalorização de Bens Imóveis	45
Tabela 25 - Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas	48
Tabela 26 - Histórico da Composição do Estoque de Restos a Pagar	56
Tabela 27 - Estoque de Restos a Pagar em 31/12/2023	57
Tabela 28 - Estoque de Restos a Pagar - Composição - Por Ano	58
Tabela 29 - Arrecadação Bruta x Arrecadação Líquida - Por Grupos de Fontes de Recursos	61
Tabela 30 - Execução da Despesa Orçamentária - Por Grupos de Fontes de Recursos.....	61
Tabela 31 - Resultado Financeiro em 31/12/2023	63
Tabela 32 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa - Formação	65

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa	19
Gráfico 2 – VPD Pagas Antecipadamente	21
Gráfico 3 - Fornecedores e Contas a Pagar por Contratante	25
Gráfico 4 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos.....	39
Gráfico 5 - Diversas VPDs.....	47
Gráfico 6 - Execução Orçamentária da Receita	53
Gráfico 7 - Execução Orçamentária da Despesa	54
Gráfico 8 - Execução dos Restos a Pagar Não Processados	57
Gráfico 9 - Pagamento dos Restos a Pagar Processados	62
Gráfico 10 - Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	62

INTRODUÇÃO

As Demonstrações Contábeis do MPU (DCONs) contemplam a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sendo materializadas nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro e nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Por sua vez, as notas explicativas, parte integrante das DCONs, são constituídas de informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas constantes das demonstrações contábeis, com o intuito de facilitar a compreensão das informações pelos diversos usuários.

A análise das DCONs e a elaboração das notas explicativas são realizadas pela Subsecretaria de Contabilidade - SUBCON/SPOC/SG/PGR, em observância ao disposto no art. 18 da Lei nº 10.180/2001, no art. 8º da Lei nº 12.527/2011, nos arts. 179-A e 179-B do Regimento Interno Administrativo do MPF, em orientações do Tribunal de Contas da União e do Órgão Central de Contabilidade da União, bem como nas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.

No decorrer do exercício financeiro, a SUBCON acompanhou e orientou as operações de contabilização dos atos e fatos de gestão orçamentária, contábil, financeira, patrimonial e de pessoal efetuadas no Siafi, pelo MPF, MPT, MPM, MPDFT e ESMPU, de modo a garantir a consistência das informações sobre os resultados alcançados e sobre os aspectos de confiabilidade e fidedignidade dos registros nas demonstrações financeiras das unidades gestoras do MPU.

Em decorrência dessas ações de acompanhamento e orientação, expediram-se informações, orientações e diligências contábeis. Além disso, efetuaram-se atendimentos pelo Serviço Nacional de Pedidos (SNP) e foram esclarecidas dúvidas recebidas por outros meios (mensagem Siafi, Whatsapp, Zoom e telefone), sendo várias atendidas em tempo real, para prestar assistência, orientação e apoio técnico aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações, no âmbito do Ministério Público da União, quanto aos registros dos atos e fatos da gestão administrativa.

Após o encerramento do exercício de 2023, foi encaminhada ao Órgão Central de Contabilidade da União a declaração plena do órgão Ministério Público da União, visto que as demonstrações contábeis, constantes do Siafi, refletiam nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do MPU.

Sobre as notas explicativas, cabe destacar as seguintes informações.

Em 2023, as despesas orçamentárias, tanto as empenhadas quanto as pagas, tiveram expansão nominal em relação ao exercício anterior, nos valores de R\$ 935,1 milhões (11,8%) e R\$ 870,4 milhões (11,1%), totalizando R\$ 8,84 bilhões e R\$ 8,68 bilhões, respectivamente.

O resultado patrimonial apurado em 2023 foi superavitário em 469,7 milhões, apresentando uma redução na ordem de 2,6% em relação ao ano anterior, o que, em termos monetários, representa uma variação negativa de R\$ 12,4 milhões.

O passivo exigível do MPU (passivo circulante¹ mais passivo não circulante) alcançou, em 2023, cerca de R\$ 176,2 milhões, sendo 85,4% de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo. Esse passivo exigível representa 4,2% do total do ativo. Em 2022, o passivo exigível foi cerca de R\$ 249,8 milhões, equivalendo a 6,1% do total do ativo.

O resultado financeiro de 2023 foi superavitário em R\$ 79,5 milhões, com aumento de R\$ 19 milhões em relação ao exercício anterior. Contudo, vale esclarecer que esse resultado é um indicador de equilíbrio financeiro (e não de desempenho), sendo apurado, entre outras formas, pelo confronto do saldo financeiro para o exercício seguinte (R\$ 561,5 milhões) e o saldo do exercício anterior (R\$ 482 milhões).

Para o exercício de 2024, foi inscrito o estoque de R\$ 184,3 milhões de Restos a Pagar (R\$ 161,7 milhões de RP inscritos de 2023 mais R\$ 22,6 milhões de RP reinscritos de exercícios anteriores), o que representa elevação nominal de R\$ 58,9 milhões (variação de 47%), em relação ao estoque inscrito para o exercício de 2023 (R\$ 125,4 milhões).

Considerando a dotação atualizada do MPU de R\$ 8,89 bilhões, no ano de 2023, verifica-se que 1,8% desse montante foi inscrito em restos a pagar para 2024 (R\$ 161,7 milhões).

¹ Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Ministério Público da União (MPU) é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis. Possui autonomia funcional, administrativa e financeira.

A organização e as atribuições do MPU estão estabelecidas na Lei Complementar nº 75/1993, conhecida como Lei Orgânica do Ministério Público da União.

O MPU é composto por quatro ramos: o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Ministério Público Militar (MPM) e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Esses ramos têm a seguinte atuação, de forma sintética:

- MPF – atua como fiscal da lei e também nas áreas cível, criminal e eleitoral. Na Justiça Federal, atua em causas em que a Constituição Federal de 1988 estabelece de interesse federal. Extrajudicialmente, o MPF exerce suas atribuições por meio de recomendações, audiências públicas, promoção de acordos por meio dos Termos de Ajuste de Conduta (TAC) e controle externo da atividade policial.
- MPT – atua na fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista quando houver interesse público, atuando também na proteção aos direitos fundamentais e sociais do cidadão diante de ilegalidades praticadas na seara trabalhista.
- MPM – atua na apuração dos crimes militares e também no controle externo da atividade policial judiciária militar e na instauração do inquérito civil para a proteção dos direitos constitucionais no âmbito da administração militar.
- MPDFT – atua como fiscal da lei e também na defesa dos interesses da sociedade do Distrito Federal e dos Territórios e no controle externo da atividade policial.

Além dos ramos, tem-se a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), criada pela Lei nº 9.628/1998, com natureza jurídica de órgão autônomo. É uma instituição de caráter educacional, diretamente vinculada ao Procurador-Geral da República, tendo as suas despesas custeadas por meio de dotação orçamentária própria, no âmbito do Ministério Público da União.

As dotações do MPU, na lei orçamentária da União, são consignadas ao Órgão Orçamentário 34000 – Ministério Público da União, que agrupa 5 (cinco) Unidades Orçamentárias (UO) responsáveis pela realização das ações. Esses recursos públicos são geridos nas 66 unidades gestoras executoras do MPU, conforme especificado abaixo.

Tabela 1 - Quantitativo de Unidades do MPU - Por Unidade Orçamentária

<i>Código</i>	<i>UO</i>	<i>Unidade Gestora</i>	<i>Quant.</i>
34.101	MPF	Procuradoria-Geral da República – Secretaria Geral	1
		Secretaria de Administração do MPF	1
		Secretaria de Gestão de Pessoas do MPF	1
		Secretaria do Programa de Saúde e Assistência Social do MPU	1
		Procuradorias Regionais da República da 1ª a 6ª Regiões	6
		Procuradorias da República nas unidades federativas	27
		Subtotal	37
34.104	MPT	Procuradoria Geral do Trabalho – Diretoria de Administração	1
		Departamento de Orçamento e Finanças	1
		Procuradorias Regionais do Trabalho da 1ª a 24ª Regiões	24
		Subtotal	26
34.103	MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	1
34.102	MPM	Ministério Público Militar	1
34.105	ESMPU	Escola Superior do MPU	1
TOTAL			66

Os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras do MPU foram registrados no Siafi, em observância ao disposto, especialmente, nos artigos 6º e 171 da Lei nº 14.436/2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para 2023).

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1 – Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis de 2023 foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei nº 4.320/1964, da Lei nº 10.180/2001 e dos Decretos nºs 93.872/1986 e 6.976/2009. Observaram, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) da 9ª edição (Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117/2021 e Portaria STN nº 1.131/2021), a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e demais normas aplicáveis.

As DCONs do Ministério Público da União são extraídas do sistema contábil e materializadas no Balanço Patrimonial (BP), na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), no Balanço Orçamentário (BO) e no Balanço Financeiro (BF), exigidos pela Lei nº 4.320/1964. Também são extraídas do Siafi a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), estabelecidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Para garantir a transparência e a comparabilidade das contas públicas, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, padronizou as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), por meio do MCASP, em harmonia com o disposto nas NBC TSP editadas pelo CFC.

2.2 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

A – Moeda funcional

A moeda funcional no País, também aplicável no âmbito da União, é o Real (R\$), por força do art. 1º da Lei nº 9.069/1995. As eventuais transações realizadas pelas unidades gestoras do MPU que envolvam moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional na data de pagamento do compromisso, empregando-se a taxa de câmbio vigente.

B – Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem a Conta Única, os demais depósitos bancários e as aplicações financeiras de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em regra, nos saldos bancários constam os recursos de terceiros que estão sob a posse do MPU, mas que se encontram vinculados a finalidade específica, inclusive com a possível obrigação de devolução (como as cauções).

C – Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos concedidos. Os valores são mensurados pelo valor original, acrescidos das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

D – Estoques

Compreendem os estoques em almoxarifado. Na entrada, esses bens são mensurados pelo valor de custo histórico de aquisição ou produção. Por sua vez, o método para mensuração das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

E – Imobilizado

O imobilizado do MPU é segregado em dois grupos: (i) bens móveis e (ii) imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação, conforme prescrito na parte II (Procedimentos Contábeis Patrimoniais) do [MCASP](#).

Os gastos posteriores ao reconhecimento inicial são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Quando se tratar de bens obtidos a título gratuito, estes devem ser registrados pelo valor justo² na data de aquisição. É necessário considerar o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimentos técnicos ou o valor patrimonial definido nos termos de doação.

F – Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos (*softwares*, marcas, patentes, atividades de pesquisa e desenvolvimento etc.) destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade.

Estes bens são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil econômica limitada) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenha sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável.

G – Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação e amortização no MPU, durante o exercício de 2023, têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, a NBC TSP nº 7 (Ativo Imobilizado) e o MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais).

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira detalhada, no Manual Siafi Web, Macrofunções [02.03.30 \(Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, nas Autarquias e nas Fundações\)](#) e [02.03.35 \(Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável\)](#).

Por sua vez, o valor da depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet é apurado mensal e automaticamente pelo mencionado Sistema observando o valor depreciable da benfeitoria, com uso do Método da Parábola de Kuentzle, conforme determinado no art. 11 da [Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023](#). Este método é expresso pela equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$$

onde: **Kd** = coeficiente de depreciação;

n = vida útil da acessão;

x = vida útil transcorrida da acessão.

² Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. (item 11.1 – Definições – Ativo Imobilizado – da Parte II do MCASP).

Até que os sistemas corporativos da Secretaria do Patrimônio da União estejam parametrizados para efetuarem registros contábeis automáticos, a depreciação será contabilizada mensalmente no Siafi pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Para fins da depreciação, a vida útil será definida pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor, bem como o seu saldo acumulado anteriormente ser contabilmente baixado.

H – Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

I – Apuração do resultado

Nas Demonstrações Contábeis é possível apuração dos seguintes resultados:

- ***Patrimonial:*** implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). Após a apuração, o valor obtido é mostrado no item Resultado do Exercício, localizado na coluna do Passivo do Balanço Patrimonial. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.
- ***Orçamentário:*** representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.
- ***Financeiro:*** a apuração do resultado financeiro é realizada pelo Balanço Financeiro e representa o confronto entre os ingressos e dispêndios de recursos financeiros a título de receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, que ocorreram durante o exercício e alteraram o saldo das disponibilidades do MPU. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.3 – Conformidade Contábil das DCONs

A conformidade contábil das demonstrações contábeis do MPU é realizada mensalmente pela Subsecretaria de Contabilidade, observando os procedimentos descritos nas Macrofunções [02.03.15 \(Conformidade Contábil\)](#), [02.03.18 \(Norma de Encerramento do Exercício\)](#) e [02.10.03 \(Manual de Análise dos Demonstrativos e Auditores Contábeis\)](#), do Manual Siafi Web.

Essa atividade visa a assegurar a fidelidade e a confiabilidade dos dados constantes do Siafi, sinalizando eventuais situações que causem inconsistências ou desequilíbrios nas informações contábeis.

No exercício de 2023, a Subsecretaria de Contabilidade – atuando no Siafi como Setorial Contábil de Unidade Gestora, de Órgão e de Órgão Superior – registrou 816 conformidades contábeis: 792 de unidades gestoras, 12 de órgão e 12 de órgão superior.

Além dos processos realizados mensalmente, no final do exercício a SUBCON encaminhou a Declaração do Contador para a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Nessa declaração, o Contador Responsável declarou que os demonstrativos contábeis constantes do Siafi, relativos ao exercício de 2023, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério Público da União. Os demonstrativos contábeis são: os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pelas NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do Ministério Público da União englobam as informações contábeis de todas as unidades gestoras que compõem os ramos do MPU e da ESMPU, registradas no Sistema Siafi. Estas informações são úteis para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização (*accountability*) da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados.

A seguir, são apresentadas as demonstrações contábeis do MPU, relativas ao ano de 2023, e detalhados os seus principais itens.

3.1 – Balanço Patrimonial

Esta demonstração contábil evidencia a situação patrimonial do Ministério Público da União e demonstra a posição estática dos ativos e dos passivos do MPU no final do período de referência, de forma a possibilitar ao usuário da informação conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido). Apresenta também os atos potenciais, que são registrados em conta de compensação (natureza de informação de controle).

Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos na Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) do MCASP.

O Balanço Patrimonial também demonstra o resultado acumulado e nele contém o efeito do resultado do exercício levantado na Demonstração das Variações Patrimoniais a partir da comparação entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

Por sua vez, cabe mencionar que a Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos – Financeiro e Permanente –, de acordo com a dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

Por isso, as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. A partir de então, no Balanço Patrimonial tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis.

Assim, o Balanço Patrimonial é composto por:

- Quadro Principal;
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício 2023

Em R\$

	NExp	2023	2022
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	561.518.205,31	481.978.498,78
Créditos a Curto Prazo	02	73.559.979,16	65.126.833,44
Estoques		14.002.707,43	15.835.223,17
VPDs Pagas Antecipadamente	03	7.760.171,11	3.180.600,85
Total do Ativo Circulante		656.841.063,01	566.121.156,24
Ativo Não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.724.412,59	2.724.412,59
Créditos a Longo Prazo		2.724.412,59	2.724.412,59
Imobilizado	04	3.439.057.922,93	3.436.727.973,82
Intangível	05	109.611.547,38	98.080.009,79
Total do Ativo Não Circulante		3.551.393.882,90	3.537.532.396,20
TOTAL DO ATIVO		4.208.234.945,91	4.103.653.552,44

	NExp	2023	2022
Passivo Circulante			
Obrigações Trab., Prev. Assist. a Pagar a CP	06	150.418.708,63	230.379.789,06
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	07	2.067.813,13	3.300.765,92
Demais Obrigações a Curto Prazo	08	22.480.738,53	15.895.688,69
Total do Passivo Circulante		174.967.260,29	249.576.243,67
Passivo Não Circulante			
Demais Obrigações a Longo Prazo		1.190.401,87	211.842,75
Total do Passivo Não Circulante		1.190.401,87	211.842,75
Patrimônio Líquido			
Demais Reservas	09	370.313.242,92	
Resultados Acumulados		3.661.764.040,83	3.853.865.466,02
Total do Patrimônio Líquido		4.032.077.283,75	3.853.865.466,02
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.208.234.945,91	4.103.653.552,44

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes
(Lei nº 4.320/1964)

Exercício 2023

Em R\$			
	NExp	2023	2022
Ativo (I)			
Ativo Financeiro		561.518.672,85	481.980.208,30
Ativo Permanente		3.646.716.273,06	3.621.673.344,14
Total do Ativo		4.208.234.945,91	4.103.653.552,44
Passivo (II)			
Passivo Financeiro		186.639.721,88	126.552.858,85
Passivo Permanente		168.348.207,66	243.200.600,69
Total do Passivo		354.987.929,54	369.753.459,54
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)		3.853.247.016,37	3.733.900.092,90

Quadro das Contas de Compensação
(Lei nº 4.320/1964)

Exercício 2023

		Em R\$	
	NExp	2023	2022
Atos Potenciais Ativos			
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	10	72.073.979,18	44.187.613,36
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	10	6.000.691,70	17.453.357,72
Direitos Contratuais a Executar		16.302,00	
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar			
Total dos Atos Potenciais Ativos		78.090.972,88	61.640.971,08
Atos Potenciais Passivos			
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar			
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		435.137,34	435.137,34
Obrigações Contratuais a Executar	11	1.141.194.776,71	956.243.594,79
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar			
Total dos Atos Potenciais Passivos		1.141.629.914,05	956.678.732,13

Quadro do Superávit / Déficit Financeiro
(Lei nº 4.320/1964)

Exercício 2023

Em R\$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	NExp	2023	2022
Recursos Ordinários (I)		370.441.517,95	350.988.346,97
Recurso Vinculados (II)		4.437.433,02	4.439.002,48
Seguridade Social (Exceto Previdência)		72.454,98	57.333,13
Previdência Social (RPPS)		315.294,42	251.570,22
Alienação de Bens e Direitos			958.649,18
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		4.049.683,62	3.171.449,95
Superávit Financeiro (III) = (I + II)	12	374.878.950,97	355.427.349,45

3.1.1. Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

É composto pelos valores do limite de saque da Conta Única da União, para atender as despesas com vinculação de pagamento das unidades gestoras do MPU, e pelos valores recebidos pela rede de agências da Caixa Econômica Federal, relativos aos depósitos de caução em garantia a contratos administrativos, conforme disposto no inc. IV do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.737/1979. No gráfico a seguir, visualiza-se sua composição nos anos de 2022 e 2023:

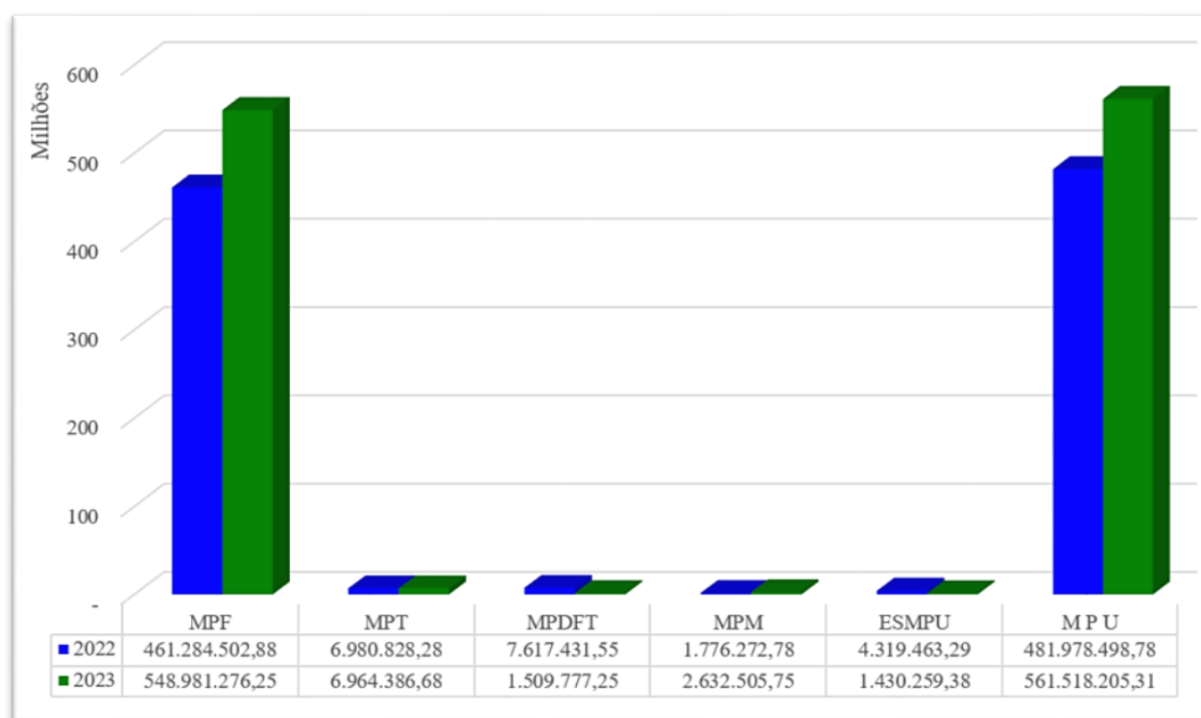


Gráfico 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31/12/2023 os valores do limite de saque do MPU foram registrados, em quase sua totalidade, 98% (R\$ 548,3 milhões), no Ministério Público Federal. Quanto aos depósitos de caução em garantia, verifica-se que os valores mais relevantes estão contabilizados no Ministério Público do Trabalho (R\$ 1,2 milhão) e no Ministério Público Federal (R\$ 672 mil).

3.1.2. Nota 02 – Créditos a Curto Prazo

No final de 2023, os adiantamentos de termo de execução descentralizada representaram 80% dos créditos a curto prazo, conforme evidenciado na tabela a seguir.

Tabela 2 - Créditos a Curto Prazo - Composição

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Adiantamento - Termo Execução Descentralizada	58.614.813,49					58.614.813,49
Adiantamento de Férias			10.295.863,55	5.213,93		10.301.077,48
Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado	1.949.317,76	880.282,47	495.562,01	58.456,73	10.120,37	3.393.739,34
Créditos a Receber por Acerto Financeiro com Servidor			674.214,93			674.214,93
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal - Município	204.453,54		835,97			205.289,51
Créditos a Receber Decor.de Infrações Leg.e Contratuais	146.174,44	1.291,12				147.465,56
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal - Estado	98.179,95		40.312,02			138.491,97
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	21.074,82	63.261,73				84.336,55
Demais Créditos	82,19	0,60	467,54			550,33
Créditos a Curto Prazo	61.034.096,19	944.835,92	11.507.256,02	63.670,66	10.120,37	73.559.979,16

O item Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada (TED)³ é constituído pelos repasses financeiros pendentes de comprovação, no montante de R\$ 58,6 milhões, e que foram feitos pela Secretaria de Administração do MPF da seguinte forma:

- TED registrado no Siafi sob o nº 1AABRQ – R\$ 11.445.524,20 – e firmado entre a Secretaria de Administração do Ministério Público Federal e a Universidade Federal de Lavras para execução de projeto de PD&I, implementação de sistemas e transferência de conhecimento e tecnologia, com foco na inovação e modernização dos recursos tecnológicos aplicados à investigação no MPF. Tem vigência até 30/08/2024.

³ Instrumento por meio do qual a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União é ajustada, com vistas à execução de programas, de projetos e de atividades, nos termos estabelecidos no plano de trabalho e observada a classificação funcional programática. (Art. 2º, inc. I, do Decreto nº 10.426/2020).

- TED registrado no Siafi sob o nº 1AAKYR – R\$ 47.169.289,29 – e firmado entre a Secretaria de Administração do Ministério Público Federal e a Polícia Rodoviária Federal para aquisição de 2 (dois) aviões, modelo CESSNA 208 Grand Caravan Ex para otimização das demandas do MPU e PRF. Tem vigência até 14/06/2025.

3.1.3. Nota 03 – *Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente*

Este item é constituído, em quase sua totalidade, de VPD de serviços e de assinaturas e anuidades, as quais são foram pagas de forma antecipada e cujos benefícios ou prestação de serviços às unidades gestoras ocorrerão no curto prazo. No gráfico a seguir, visualiza-se sua composição no ano de 2023:

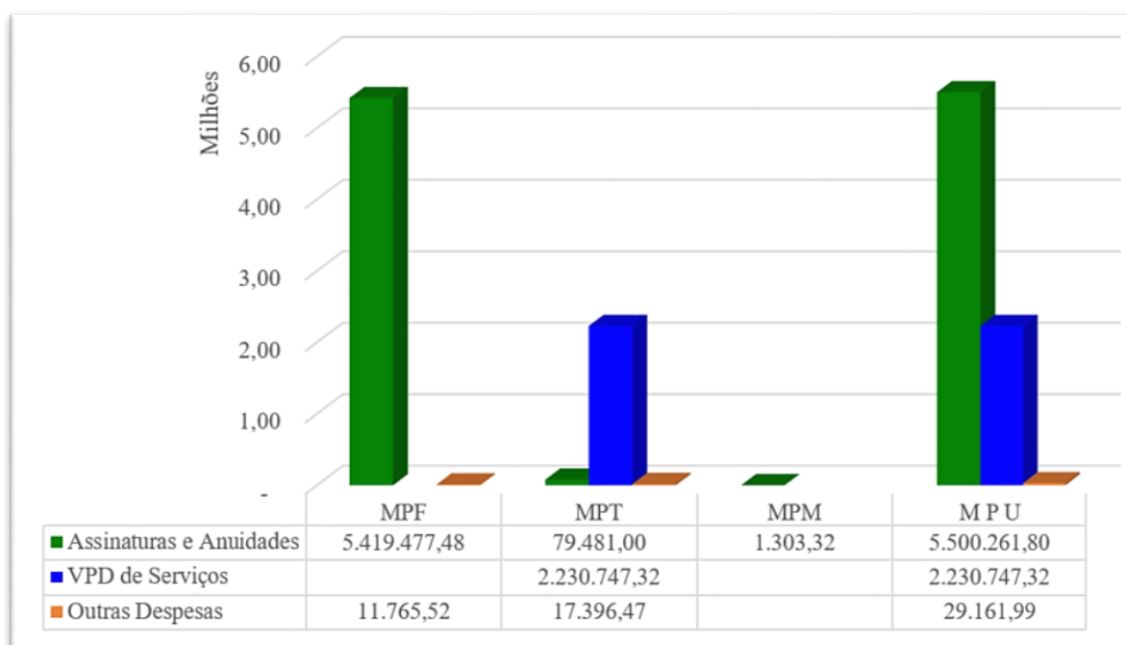


Gráfico 2 – VPD Pagas Antecipadamente

3.1.4. Nota 04 – *Imobilizado*

O imobilizado do Ministério Público da União é segregado em dois grupos: Bens Móveis e Bens Imóveis.

Os bens móveis são os que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômica-social.

Por seu turno, os bens imóveis são o solo e tudo quanto possa estar nele incorporado, natural ou artificialmente, e que não pode ser retirado sem destruição ou danos.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição dos bens móveis e dos bens imóveis registrados no Siafi em 31/12/2023.

Tabela 3 - Imobilizado - Composição

	Em R\$					
	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Bens Móveis						
Valor contábil bruto	597.202.247,93	315.134.083,86	77.500.287,49	34.830.399,90	12.930.398,70	1.037.597.417,88
(-) Depreciação acumulada	-398.001.747,54	-181.524.640,92	-48.478.049,34	-24.000.055,30	-7.818.464,24	-659.822.957,34
(=) Valor contábil líquido	199.200.500,39	133.609.442,94	29.022.238,15	10.830.344,60	5.111.934,46	377.774.460,54
Bens Imóveis						
Bens de Uso Especial registrados no SPIUnet						
Valor contábil bruto	1.393.590.408,57	781.725.855,79	215.606.887,05	177.986.247,60	74.433.900,00	2.643.343.299,01
(-) Depreciação acumulada	-25.659.432,54	-9.221.793,86	-237.996,33	-574.426,76	-84.052,17	-35.777.701,66
(=) Valor contábil líquido	1.367.930.976,03	772.504.061,93	215.368.890,72	177.411.820,84	74.349.847,83	2.607.565.597,35
Bens de Uso Especial não registrados no SPIUnet						
Valor contábil bruto	77.072.875,51	84.100.428,23		185.000,00		161.358.303,74
Bens Imóveis em Andamento						
Valor contábil bruto	102.667.730,49	83.856.409,42	21.023.126,61	77.979.023,87		285.526.290,39
Instalações						
Valor contábil bruto	3.502.541,62	1.978.788,41	733.840,12		349.799,56	6.564.969,71
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros						
Valor contábil bruto	1.413.289,64					1.413.289,64
(-) Amortização acumulada	-1.144.988,44					-1.144.988,44
(=) Valor contábil líquido	268.301,20					268.301,20
Imobilizado	1.750.642.925,24	1.076.049.130,93	266.148.095,60	266.406.189,31	79.811.581,85	3.439.057.922,93

Em 2023, os bens móveis do MPU totalizaram R\$ 1,04 bilhão e estão distribuídos em agrupamentos de contas contábeis, conforme evidenciado na tabela a seguir.

Tabela 4 - Bens Móveis - 2023 e 2022

	Em R\$			
	2023	2022	AH	AV
Bens de Informática	466.676.378,78	465.007.039,25	0,4%	45,0%
Móveis e Utensílios	226.839.623,37	225.335.866,10	0,7%	21,9%
Veículos	157.264.775,13	165.413.563,75	-4,9%	15,2%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	113.807.748,48	109.844.218,15	3,6%	11,0%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	57.396.139,32	55.668.110,58	3,1%	5,5%
Armamentos	1.903.546,23	1.783.102,43	6,8%	0,2%
Demais Bens Móveis	13.709.206,57	12.932.756,91	6,0%	1,3%
Bens Móveis	1.037.597.417,88	1.035.984.657,17	0,2%	100,0%

Nota-se que ocorreu um aumento no total dos bens móveis no ano de 2023 em relação ao exercício anterior, no percentual de 0,2% – R\$ 1,6 milhão.

Por sua vez, tem-se que os Bens de Uso Especial são aqueles destinados ao serviço ou estabelecimento das unidades administrativas do MPU. Sua composição é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 5 - Bens de Uso Especial - 2023 e 2022

	Em R\$			
	2023	2022	AH	AV
Edifícios	2.050.526.884,44	2.051.109.523,35	0,0%	77,6%
Terrenos / Glebas	276.757.906,40	281.212.658,17	-1,6%	10,5%
Salas	155.861.801,54	155.852.298,56	0,0%	5,9%
Imóveis Residenciais / Comerciais	127.830.487,43	119.291.894,34	7,2%	4,8%
Estacionamentos e Garagens	14.128.058,38	14.128.058,38	0,0%	0,5%
Lojas	11.148.612,39	11.148.612,39	0,0%	0,4%
Armazens / Galpões	7.089.548,43	6.949.137,40	2,0%	0,3%
Bens Imóveis de Uso Especial registrados no SPIUNet (I)	2.643.343.299,01	2.639.692.182,59	0,1%	100,0%
Edifícios	131.965.566,48	128.040.786,12	3,1%	81,8%
Salas e Escritórios	17.021.930,89	19.082.392,89	-10,8%	10,5%
Terrenos / Glebas	10.803.184,42	11.035.584,42	-2,1%	6,7%
Imóveis Residenciais / Comerciais	1.327.621,95	2.100.721,95	-36,8%	0,8%
Estacionamentos e Garagens	240.000,00	309.000,00	-22,3%	0,1%
Bens Imóveis de Uso Especial não registrados no SPIUNet (II)	161.358.303,74	160.568.485,38	0,5%	100,0%
Total Bens Imóveis de Uso Especial (III = I + II)	2.804.701.602,75	2.800.260.667,97	0,2%	

Os Bens de Uso Especial representaram 90,5% do valor bruto contábil dos bens imóveis no final de 2023, totalizando R\$ 2,8 bilhões. O montante dos Bens de Uso Especial teve incremento de 0,2% (R\$ 4,4 milhões) em comparação ao total contabilizado no exercício de 2022.

3.1.5. Nota 05 – Intangível

De acordo com o MCASP, trata-se de ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. Em outras palavras, é um bem que possui valor econômico, mas não tem existência física. Representa direitos de uso de um bem ou direitos associados a uma unidade gestora.

Nada obstante, alguns ativos intangíveis podem estar contidos em elementos que possuem substância física, como no caso de *software*, sendo necessário avaliar qual elemento é mais significativo para definir a contabilização como ativo imobilizado ou como ativo intangível.

Por exemplo, um *software* de uma máquina-ferramenta controlada por computador que não funciona sem esse *software* específico – sem similar no mercado – é parte integrante do referido equipamento, devendo ser tratado como ativo imobilizado. O mesmo se aplica ao sistema operacional de um computador. Quando o *software* não é parte integrante do respectivo *hardware*, ele deve ser tratado como ativo intangível.

O valor líquido do Ativo Intangível do MPU, em 31/12/2023, totalizava R\$ 109,6 milhões e está composto de *softwares* com vida útil definida e indefinida, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 6 - Intangível - Composição

	Em R\$					
	M P F	M P T	M P D F T	M P M	E S M P U	M P U
Softwares de vida útil definida						
Valor contábil bruto	3.651.996,20	15.000,00		198.166,97	145.340,08	4.010.503,25
(-) Amortização acumulada	-2.902.382,57	-15.000,00		-198.166,97	-144.001,54	-3.259.551,08
(=) Valor contábil líquido	749.613,63	0,00		0,00	1.338,54	750.952,17
Softwares de vida útil indefinida						
Valor contábil bruto	52.907.585,03	21.909.518,40	23.479.038,05	8.585.405,60	1.978.929,29	108.860.476,37
Softwares não localizados						
Valor contábil bruto	118,84					118,84
Intangível	53.657.317,50	21.909.518,40	23.479.038,05	8.585.405,60	1.980.267,83	109.611.547,38

Portanto, o intangível do MPU é formado exclusivamente de aquisições de licenças de *software*. Na tabela a seguir, observa-se acréscimo de R\$ 11,6 milhões (variação de 11,5%) no valor contábil bruto desses bens.

Tabela 7 - *Softwares* - 2023 e 2022

	Em R\$			
	2023	2022	AH	AV
Softwares com Vida Útil Definida	4.010.503,25	3.275.881,77	22,4%	3,6%
Softwares com Vida Útil Indefinida	108.860.476,37	97.960.208,39	11,1%	96,4%
Softwares Não Localizados	118,84			0,0%
Bens Intangíveis	112.871.098,46	101.236.090,16	11,5%	100,0%

3.1.6. Nota 06 – Férias a Pagar

Em 31/12/2023, o Ministério Público da União apresentou um saldo de R\$ 144.5 milhões com férias a pagar, representando 96% do agrupamento das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo. Na tabela, a seguir, são detalhadas as férias a pagar:

Tabela 8 - Férias a Pagar - 2023 e 2022

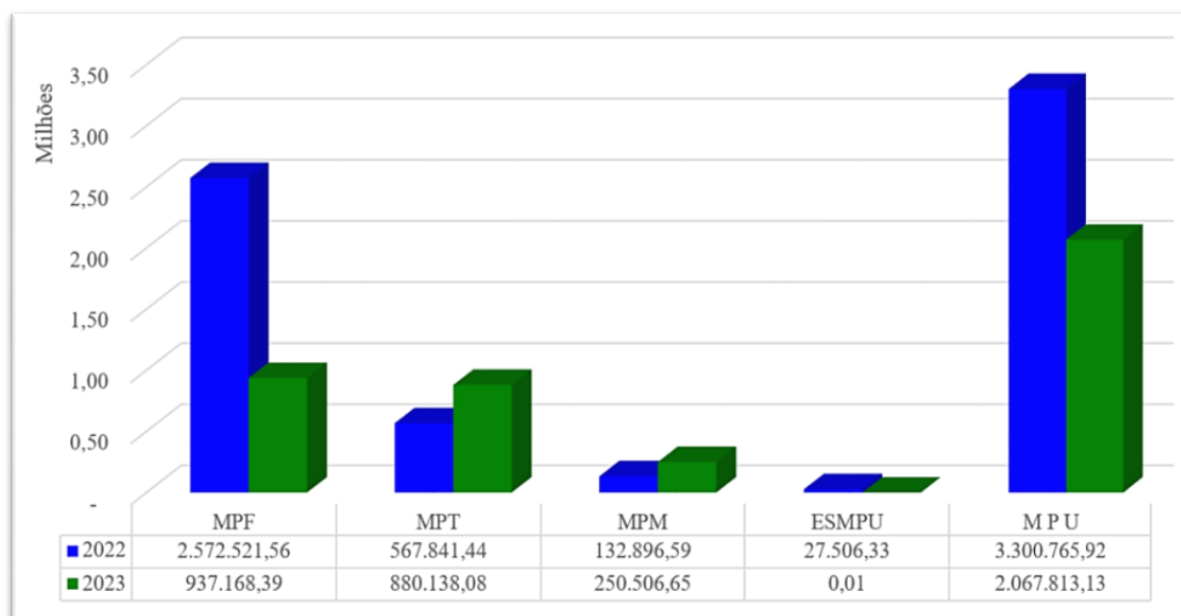
	2023	2022	AH	Em R\$	
				AV	
MPF	115.682.638,49	158.308.809,14	-26,9%	80,1%	
MPT	8.930.192,27	32.663.390,78	-72,7%	6,2%	
MPDFT	18.985.205,54	37.338.457,39	-49,2%	13,1%	
MPM	798.153,35	327.148,20	144,0%	0,6%	
ESMPU	56.056,39	145.771,86	-61,5%	0,0%	
Férias a Pagar	144.452.246,04	228.783.577,37	-36,9%	100,0%	

As unidades gestoras responsáveis pela elaboração da folha de pessoal no âmbito do MPU devem conciliar os saldos registrados nas contas que compõem o agrupamento de pessoal a pagar, observando as recomendações do Tribunal de Contas da União e da Auditoria Interna do MPU, bem como as orientações da Macrofunção [02.11.42 \(Folha de Pagamento\)](#) do Manual Siafi.

3.1.7. Nota 07 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2023, o Ministério Público da União apresentou um saldo de R\$ 2,1 milhões em aberto com fornecedores e contas a pagar a curto prazo.

No gráfico a seguir, nota-se que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios é o único ramo do MPU que não possui essas obrigações registradas no Siafi.

**Gráfico 3 - Fornecedores e Contas a Pagar por Contratante**

Na continuação, apresenta-se a tabela com os contratantes que possuem os valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar.

Tabela 9 - Fornecedores e Contas a Pagar - Por Contratante

	31/12/2023	Em R\$
		AV
Procuradoria Regional do Trabalho - 6ª Região / PE	464.101,75	22,4%
Procuradoria Regional do Trabalho - 9ª Região / PR	260.801,29	12,6%
Ministério Público Militar	250.506,65	12,1%
Secretaria do Programa de Saúde e Assistência Social	243.413,70	11,8%
Secretaria de Administração do MPF	243.160,89	11,8%
Procuradoria da República em Pernambuco	125.061,51	6,0%
Procuradoria da República no Pará	107.275,79	5,2%
Procuradoria da República em São Paulo	77.917,49	3,8%
Procuradoria Regional do Trabalho - 7ª Região / CE	73.424,08	3,6%
Procuradoria Regional do Trabalho - 3ª Região / MG	48.839,48	2,4%
Demais Unidades Gestoras do MPF	140.339,01	6,8%
Demais Unidades Gestoras do MPT	32.971,48	1,6%
Escola Superior do Ministério Público da União	0,01	0,0%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.067.813,13	100,0%

As unidades gestoras PRT-6ª Região/PE, PRT-9ª Região/PR, MPM, SEPLAN/MPU e SA/MPF são responsáveis por 70,7% do total a ser pago, decorrente principalmente de despesas médicas e odontológicas do Plan-Assiste, bem como do serviço de instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica, do serviço de pintura interna e do serviço de vigilância armada e desarmada nas unidades administrativas.

3.1.8. Nota 08 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Este item é constituído, principalmente, pelos repasses financeiros pendentes de comprovação, no montante de R\$ 18,8 milhões e que foram feitos, em especial, pelo Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (UG 200401/00001) para as seguintes unidades gestoras do MPU:

- Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, relativos ao Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 57/2019 – registrado no Siafi sob o nº 698761 –, no montante de R\$ 17.988.272,05 para aquisição de ferramentas e recursos tecnológicos para aparelhar o Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação e Laboratório de

Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro – CILAB/MPDFT e para o Grupo de Atuação Especial ao Combate ao Crime Organizado – GAECO, com vistas a dar suporte as atividades de investigação e inteligência conduzidas pelo MPDFT.

- Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, relativos ao Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 52/2019 – registrado no Siafi sob o nº 698166 –, no montante de R\$ 768.319,68 para fortalecer e ampliar o alcance de atuação do Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos – FGCIA, atualmente coordenado pelo MPF/RS por meio da realização de campanha educativa, com abrangência estadual, de comunicação de riscos da exposição aos agrotóxicos e fortalecimento/promoção da agroecologia.

3.1.9. Nota 09 – Demais Reservas

O montante desse agrupamento do Patrimônio Líquido teve os seus registros iniciais decorrentes das reavaliações positivas de bens imóveis do MPU cadastrados no SPIUnet, as quais estavam registradas na conta 46111.02.00 (Reavaliação de Bens Imóveis) e foram transferidas pela STN, em agosto/2023, para a conta 23611.02.00 (Reavaliação de Bens Imóveis – RIP).

Esse procedimento visa atender ao disposto no item 54 da NBC TSP nº 7 (Ativo Imobilizado), que determina o registro da contrapartida da reavaliação dos bens imóveis em reserva de reavaliação. Além disso, a STN alterou os eventos de reavaliação de bens imóveis parametrizados no SPIUnet, de forma que a contabilização pertinente seja feita na conta contábil 23611.02.00 (Reavaliação de Bens Imóveis – RIP).

Cabe mencionar ainda que, em razão de diversos fatores, como a ampliação ou redução da capacidade produtiva de um bem móvel, o valor contábil de determinados ativos pode não corresponder ao seu valor justo, influenciando na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços pela entidade. Assim, de tempos em tempos, há necessidade de esses ativos passarem por um processo avaliativo, com vistas a adequar o seu valor contábil.

Na tabela a seguir são evidenciadas as reavaliações efetuadas pelas unidades gestoras do MPU:

Tabela 10 - Reserva de Reavaliação

Em R\$

Registro Imobiliário Patrimonial - RIP	Descrição do Imóvel	Valor da Reavaliação
200.009 – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios		
9701.01541.500-9	Edifício – Eixo Monumental - Praça do Buriti - Lote 02 - Bloco A – Brasília - DF	40.197.531,57
9701.01542.500-4	Edifício – Setor de Garagens Oficiais Norte - Quadra 1 - Lotes 10/20/30 - Setores Complementar – Brasília - DF	200.167,78
9701.05272.500-8	Edifício – QNC - Área Especial 14/15 - Taguatinga Brasília - DF	2.109.913,58
9701.05842.500-6	Edifício – SEPN 711/911 - Asa Norte – Brasília - DF	2.694.950,60
9701.15343.500-5	Edifício – Setor Leste Industrial nº 860 - Gama Brasília - DF	1.275.384,31
9701.15890.500-0	Edifício – Área Especial Norte nº 10 - Planaltina Brasília - DF	3.113.706,97
9701.23963.500-2	Edifício – Centro de Múltiplas Atividades - Lote 3 - São Sebastião – Brasília - DF	1.584.522,32
9701.23967.500-4	Edifício – QR 211 - Conjunto A - nº 14 - Santa Maria Brasília - DF	282.540,52
9701.23969.500-5	Edifício – Quadra 4 - Conjunto B - nº 01 - Paranoá Brasília - DF	1.244.724,91
9701.23971.500-6	Edifício – QNM 11 - nº 1 - Centro Urbano - Ceilândia Sul Brasília - DF	729.458,76
9701.23973.500-7	Edifício – QNM 11 - nº 2 - Centro Urbano - Ceilândia Sul Brasília - DF	1.030.136,81
9701.24699.500-0	Edifício – Quadra 302 - Conjunto 1 - Lote 2 - Samambaia Brasília - DF	2.301.266,88
9701.28130.500-7	Edifício – SMAS - Trecho 4 nº 6/8 - Setores Complementar Brasília - DF	18.621.407,84
200.023 – Procuradoria da República no Distrito Federal		
9701.04792.500-2	Terreno – SGAS 604 - Asa Sul – Brasília - DF	132.906,69
200.032 – Procuradoria Regional do Trabalho – 5ª Região / BA		
3965.00068.500-1	Edifício – Rua Genésio Porto nº 1.077 - Bairro Candeias Vitória da Conquista - BA	4.623.226,88
200.035 – Procuradoria da República em Minas Gerais		
4123.01097.500-1	Edifício – Av. Afonso Pena, 867 - Salas 901 a 904 - Centro Belo Horizonte - MG	8.743,10
5049.00106.500-9	Casa – Rua Ciomara Amaral de Paula nº 195 - Doutor José Alfredo – Pouso Alegre – MG	100.000,00

Registro Imobiliário Patrimonial - RIP	Descrição do Imóvel	Valor da Reavaliação
200.036 – Procuradoria Regional do Trabalho – 3ª Região / MG		
4123.00403.500-0	Edifício – Rua Bernardo Guimarães nº 1.615 - Funcionários Belo Horizonte - MG	26.413.970,82
4445.00025.500-6	Edifício – Rua Coronel João Notini nº 1044 - Centro Divinópolis - MG	537.709,18
4733.00116.500-6	Casa – Rua Doutor Constantino Paleta nº 390 - Centro Juiz de Fora - MG	3.088.418,61
5049.00016.500-0	Casa – Rua José Alfredo de Paula nº 134 - Centro Pouso Alegre - MG	1.845.901,61
5403.00564.500-7	Edifício – Av. Floriano Peixoto nº 3375 - Brasil Uberlândia - MG	1.486.558,94
200.038 – Procuradoria da República no Espírito Santo		
5705.00181.500-0	Edifício – Av. Jerônimo Monteiro, 625 - Centro Vitória - ES	2.003.180,46
5705.00209.500-1	Edifício – Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1401 Ilha de Santa Maria – Vitória - ES	12.403.517,82
5705.00408.500-3	Salas 701 a 705 – Praça Costa Pereira, 52 - Centro Vitória - ES	427.084,13
200.040 – Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul		
9051.00330.500-0	Edifício – Av. Afonso Pena nº 4444 - Jardim dos Estados Campo Grande - MS	3.869.500,40
9063.00203.500-3	Casa – Rua Cuiabá nº 1640 - Dom Bosco – Corumbá - MS	763.666,40
9165.00119.500-0	Casa – Rua Farmacêutico Júlio Mancine nº 348 - Jardim Primavera - Três Lagoas - MS	212.000,00
200.046 – Procuradoria da República em Rondônia		
0003.00729.500-0	Terreno – Avenida dos Imigrantes S/Nº - Lote 1483 Bairro São Sebastião – Porto Velho - RO	230.717,37
200.049 – Procuradoria da República em São Paulo		
6219.00077.500-9	Edifício – Rua Alberto Segalla, 1-43, Lotes 20 e 31 da Quadra H - Jardim Infante D. Henrique – Bauru - SP	69.499,48
6219.00081.500-0	Edifício – Rua Alberto Segalla, 1-55, Loja 04 - Lotes 20 e 31 da Quadra H - Jardim Infante D. Henrique – Bauru - SP	196.271,71
6219.00083.500-1	Edifício – Rua Alberto Segalla, 1-55, Vaga de garagem 01 - Jardim Infante D. Henrique – Bauru - SP	28.641,42
6219.00089.500-4	Edifício – Rua Alberto Segalla, 1-55, Vaga de garagem 02 - Jardim Infante D. Henrique – Bauru - SP	24.189,04

Registro Imobiliário Patrimonial - RIP	Descrição do Imóvel	Valor da Reavaliação
6219.00091.500-5	Edifício – Rua Alberto Segalla, 1-55, Vaga de garagem 03 - Jardim Infante D. Henrique – Bauru - SP	24.189,04
6219.00093.500-6	Edifício – Rua Alberto Segalla, 1-55, Vaga de garagem 04 - Jardim Infante D. Henrique – Bauru - SP	28.641,42
6219.00095.500-7	Edifício – Rua Alberto Segalla, 1-55, Vaga de garagem 05 - Jardim Infante D. Henrique – Bauru - SP	28.641,42
6219.00097.500-8	Edifício – Rua Alberto Segalla, 1-55, Vaga de garagem 06 - Jardim Infante D. Henrique – Bauru - SP	24.189,04
6219.00099.500-9	Estacionamento – Rua Alberto Segalla, 1-55, Vaga de garagem 07 - Jardim Infante D. Henrique – Bauru - SP	24.189,04
6219.00101.500-8	Estacionamento – Rua Alberto Segalla, 1-55, Vaga de garagem 08 - Jardim Infante D. Henrique – Bauru - SP	24.189,04
6219.00103.500-9	Estacionamento – Rua Alberto Segalla, 1-55, Vaga de garagem 09 - Jardim Infante D. Henrique – Bauru - SP	24.189,04
6219.00105.500-0	Estacionamento – Rua Alberto Segalla, 1-55, Vaga de garagem 10 - Jardim Infante D. Henrique – Bauru - SP	24.189,04
6219.00107.500-0	Estacionamento – Rua Alberto Segalla, 1-55, Vaga de garagem 11 - Jardim Infante D. Henrique – Bauru - SP	30.990,14
6219.00235.500-7	Loja – Rua Alberto Segalla, 1-55, Loja 01 - Bloco IV - Cond. Ed. Mirante Sol - Jd.Infante D.Henrique – Bauru - SP	354.136,00
6219.00237.500-8	Loja – Rua Alberto Segalla, 1-55, Loja 02 - Bloco IV - Cond. Ed. Mirante Sol - Jd.Infante D.Henrique – Bauru - SP	259.256,00
6219.00239.500-9	Loja – Rua Alberto Segalla, 1-55, Loja 03 - Bloco IV - Cond. Ed. Mirante Sol - Jd.Infante D.Henrique – Bauru - SP	259.256,00
6469.00018.500-6	Edifício – Av. Gustavo Mollica, 191 - Portal das Colinas Guaratinguetá - SP	2.327.850,00

200.050 – Procuradoria Regional do Trabalho – 2ª Região / SP

6213.00008.500-3	Casa – Rua Rio Grande do Sul nº 125 – Vila Boa Vista Barueri - SP	1.070.934,23
6713.00018.500-0	Casa – Rua Professora Leonor de Oliveira Melo nº 159 Jardim Santista – Mogi das Cruzes - SP	483.791,20
7071.01472.500-0	Conjunto – Av. Conselheiro Nébias nº 444, Conjunto 1.205 Bairro Boqueirão – Santos - SP	56.044,25
7071.01482.500-4	Conjunto – Av. Conselheiro Nébias nº 444 - Conjunto 1.210 Bairro Boqueirão – Santos - SP	48.524,30
7075.00041.500-6	Sala – Rua Silva Jardim, 187 - Sala 151 - Edifício Silva Jardim Business Center – São Bernardo do Campo - SP	294.703,98
7075.00043.500-7	Sala – Rua Silva Jardim, 187 - Sala 152 - Edifício Silva Jardim Business Center – São Bernardo do Campo - SP	329.869,29
7075.00045.500-8	Sala – Rua Silva Jardim, 187 - Sala 153 - Edifício Silva Jardim Business Center – São Bernardo do Campo - SP	358.563,44

Registro Imobiliário Patrimonial - RIP	Descrição do Imóvel	Valor da Reavaliação
7075.00047.500-9	Sala – Rua Silva Jardim, 187 - Sala 154 - Edifício Silva Jardim Business Center – São Bernardo do Campo - SP	358.563,67
7075.00049.500-0	Sala – Rua Silva Jardim, 187 - Sala 155 - Edifício Silva Jardim Business Center – São Bernardo do Campo - SP	329.869,52
7075.00051.500-0	Sala – Rua Silva Jardim, 187 - Sala 156 - Edifício Silva Jardim Business Center – São Bernardo do Campo - SP	294.703,82
7107.00815.500-5	Edifício – Rua Afonso de Freitas nº 242 - Paraíso São Paulo - SP	9.131.862,01

200.061 – Procuradoria da República no Rio Grande do Sul

8599.00126.500-2	Edifício – Rua Visconde de Pelotas nº 1007 - Centro Caxias do Sul - RS	161.137,27
8791.00120.500-7	Edifício – Rua Osvaldo Aranha nº 207 - Areal – Pelotas - RS	1.959.694,13
8847.00090.500-4	Edifício – Av. Expedicionário Weber nº 550 Santa Rosa - RS	9.502,98
8853.00058.500-4	Edifício – Av. Venâncio Aires nº 1.320 - Lote 01 - QD. 42 - Esquina 25 de Julho - Centro – Santo Ângelo - RS	372.268,81

200.064 – Procuradoria da República em Mato Grosso

9067.00232.500-4	Terreno – Av. Historiador Rubens de Mendonça - s/nº - Centro Político Administrativo – Cuiabá - MT	1.167.919,20
------------------	--	--------------

200.078 – Procuradoria da República no Maranhão

0727.00028.500-1	Casa – Rua Edísio Silva, esquina 1 com a Rua 39, Quadra 75 - Bairro Centro – Balsas - MA	121.363,20
0757.00116.500-1	Edifício – Travessa Otávio Passos nº 3 - Cidade Judiciária - Quadra 04 - Lote 03 - Centro – Caxias - MA	2.502.700,00
0921.00319.500-7	Edifício – Av. Senador Vitorino Freire nº 52 - Areinha São Luís - MA	11.815.898,76

200.080 – Procuradoria da República no Piauí

1159.00028.500-7	Edifício – Rua São Sebastião, 1105 Bairro Canto da Várzea – Picos - PI	1.408.349,37
1219.00216.500-6	Edifício – Av. João XXIII nº 1516 - Noivos – Teresina - PI	41.172.040,62

200.082 – Procuradoria da República no Ceará

1389.00641.500-4	Estacionamento – Rua Monsenhor Bruno nº 2175 - Aldeota Fortaleza - CE	1.621.709,70
1559.00403.500-0	Terreno – Av. Dom José Tupinambá Frota nº 235 - Centro Sobral - CE	1.048.337,74

Registro Imobiliário Patrimonial - RIP	Descrição do Imóvel	Valor da Reavaliação
200.083 – Procuradoria Regional do Trabalho – 7ª Região / CE		
1453.00016.500-1	Edifício – Rua Cel. José Nunes, s/n - Centro Limoeiro do Norte - CE	475.179,10
200.091 – Procuradoria Regional do Trabalho – 6ª Região / PE		
2381.00082.500-6	Edifício – Rua Padre Antonio Tomaz nº 100, esquina com a Av. Pedro Jordão - Maurício de Nassau – Caruaru - PE	36.946,94
200.100 – Secretaria de Administração do MPF		
9701.03107.500-4	Residência – SQN 112 - Bloco B - Apartamento 607 Asa Norte – Brasília - DF	172.825,76
9701.03118.500-4	Residência – SQS 203 - Bloco C - Apartamento 402 Asa Sul – Brasília - DF	124.836,10
9701.03119.500-0	Apartamento – SQS 203 - Bloco C - Apartamento 604 Asa Sul – Brasília - DF	135.316,03
9701.03120.500-5	Residência – SQS 316 - Bloco F - Apartamento 101 Asa Sul – Brasília - DF	104.850,66
9701.03121.500-0	Residência – SQS 316 - Bloco F - Apartamento 603 Asa Sul – Brasília - DF	103.082,38
9701.04472.500-2	Residência – SQS 203 - Bloco H - Apartamento 505 Asa Sul – Brasília - DF	232.952,10
9701.33906.500-3	Residência – SHIS QI 9 - Conjunto 11 - Casa 21 Lago Sul – Brasília - DF	12.740,43
9701.33908.500-4	Residência – SHIS QL 10 - Conjunto 9 - Casa 16 Lago Sul – Brasília - DF	16.314,02
200.102 – Procuradoria Regional da República – 4ª Região / RS		
8801.00018.500-3	Edifício – Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 800 Praia de Belas – Porto Alegre - RS	36.525.969,32
200.200 – Diretoria de Administração da PGT		
9701.03104.500-8	Residência – SQN 116 - Bloco E - Apartamento 406 Asa Norte – Brasília - DF	239.103,11
9701.03574.500-4	Residência – SQN 104 - Bloco E - Apartamento 203 Asa Norte – Brasília - DF	6.273.484,21
9701.03922.500-5	Apartamento – SQS 307 - Bloco A - Apartamento 107 Asa Sul – Brasília - DF	172.554,85
9701.03950.500-8	Residência – SQS 308 - Bloco A - Apartamento 112 Asa Sul – Brasília - DF	239.056,85
9701.04404.500-1	Apartamento – SQS 216 - Bloco G - Apartamento 602 Asa Sul – Brasília - DF	7.097.865,28

Registro Imobiliário Patrimonial - RIP	Descrição do Imóvel	Valor da Reavaliação
200.204 – Procuradoria Regional da República – 3ª Região / SP		
7107.00773.500-8	Edifício – Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2020 - Bela Vista São Paulo - SP	12.410.651,68
200.205 – Procuradoria Regional do Trabalho – 23ª Região / MT		
8985.00057.500-3	Edifício – Av. das Figueiras nº 1.964 - Quadra 122 - Lote 13 - Setor Comercial – Sinop - MT	468.000,00
9151.00162.500-4	Edifício – Rua Dom Aquino, 419 - Jardim Guanabara Rondonópolis - MT	1.758.708,45
200.206 – Procuradoria Regional do Trabalho – 24ª Região / MS		
9051.01213.500-7	Edifício – Av. Dr. Paulo Machado, 120 - Santa Fé Campo Grande - MS	345.417,16
9073.00229.500-2	Casa – Rua Ediberto Celestino de Oliveira, 2605 Bairro Vila Planalto – Dourados - MS	2.500.001,93
9165.00161.500-9	Edifício – Rua Paranaíba, 1937 - Lote 08 da Quadra 76 Jd.Colinos/Jd.Primaveril – Três Lagoas - MS	1.015.000,00
200.207 – Procuradoria Regional da República – 5ª Região / PE		
2531.00866.500-4	Edifício – Rua Frei Matias Teves, 65 - Ilha do Leite Recife – PE	11.086.000,00
200.234 – Escola Superior do Ministério Público da União		
9701.04710.500-5	Edifício – SGAS 603 - Lote 22 – Brasília - DF	74.187.732,82
380.006 – Procuradoria da República em Roraima		
0301.00433.500-4	Edifício – Av. General Sampaio S/N - Treze de Setembro Boa Vista - RR	216.381,06
0301.00441.500-8	Edifício – Rua General Penha Brasil nº 1255 - São Francisco Boa Vista - RR	958.599,06

No anexo deste documento constam as informações pertinentes às reavaliações de bens imóveis, de que trata o item 7.3 da Macrofunção [02.03.44 \(Bens Imóveis\)](#) do Manual Siafi. As informações foram encaminhadas pelas unidades gestoras que efetuaram reavaliações em 2023.

No entanto, importa esclarecer que a conta 23611.02.00 (Reavaliação de Bens Imóveis – RIP) também recebeu transferências de saldo da conta 23711.02.01 (Superávits ou Déficits Exercícios Anteriores), decorrentes de lançamentos efetuados na conta 46111.02.00 (Reavaliação de Bens Imóveis) nos exercícios de 2021 a 2022, ponderando-se os registros

efetuados na conta 36111.02.00 (Reavaliação de Bens Imóveis) nos referidos anos. Essas transferências foram realizadas pela Coordenação Geral de Contabilidade – CCONT/STN e contabilizadas em 31/dez/2023.

De igual modo, ocorreram registros na conta 23611.02.00 (Reavaliação de Bens Imóveis – RIP) originados pelas correções/ajustes cadastrais no SPIUnet, que foram solicitadas pelo OFÍCIO SEI Nº 140317/2023/MGI, de 23/11/2023.

3.1.10. Nota 10 – Atos Potenciais Ativos

Os itens que compõem os atos potenciais ativos são:

A – Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar

Esse agrupamento compreende o controle sobre a execução de fianças, seguros-garantia, caução e outras garantias e contragarantias recebidas pelas unidades gestoras do MPU.

As garantias e contragarantias recebidas a executar pelo MPU, em 31/12/2023, totalizava R\$ 72,1 milhões, conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 11 - Garantias e Contragarantias Recebidas

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU	Em R\$ AV
Seguros-Garantia a Executar	32.019.726,19	23.422.692,09	6.896.445,31	7.682.507,58	819.293,34	70.840.664,51	98,3%
Fianças a Executar	693.689,90	367.654,00		43.920,36		1.105.264,26	1,5%
Caução a Executar	103.504,14	15.730,67		8.815,60		128.050,41	0,2%
Garantias e Contragarantias Recebidas	32.816.920,23	23.806.076,76	6.896.445,31	7.735.243,54	819.293,34	72.073.979,18	100,0%

Os maiores valores apropriados na conta de Seguros-Garantia a Executar são observados na DA/PGT (R\$ 16,6 milhões), na SA/MPF (R\$ 14,3 milhões), no MPM (R\$ 7,7 milhões), no MPDFT (R\$ 6,9 milhões), na PR/RN (R\$ 3,4 milhões), na PR/ES (R\$ 2 milhões), na PR/RR (R\$ 1,7 milhão), na PRT-22ª Região/PI (R\$ 1,6 milhão) e na PR/RJ (R\$ 1,1 milhão).

B – Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres

Em 31/12/2023, o Ministério Público da União apresentou um saldo de R\$ 6 milhões, relacionados a Termo de Execução Descentralizada, a serem recebidos pelos ramos do MPU da seguinte forma:

- MPF – R\$ 10.405,70 – sendo todo o valor relativo ao TED registrado no Siafi sob o nº 698166 e firmado entre a Procuradoria da República no Rio

Grande do Sul e o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos para fortalecer e ampliar o alcance de atuação do Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos - FGCIÁ.

- MPDFT – R\$ 5.990.286,00 – sendo o valor de R\$ 5.819.648,00 relativo ao TED registrado no Siafi sob o nº 698761 e firmado entre o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos para aquisição de ferramentas e recursos tecnológicos para aparelhar o Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação e Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro – CILAB/MPDFT. O restante do valor (R\$ 170.638,00) é relativo ao TED registrado no Siafi sob o nº 1AAFVV e firmado entre o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e o Secretaria Nacional de Justiça – SENAJS para manutenção e aprimoramento do projeto de mediação comunitária do MPDFT.

3.1.11. Nota 11 – Atos Potenciais Passivos

Dentre os atos potenciais passivos apresentados no Quadro das Contas de Compensação do Balanço Patrimonial, o agrupamento Obrigações Contratuais a Executar representa o item mais relevante e está detalhado a seguir:

Tabela 12 - Obrigações Contratuais - Composição

	Em R\$					
	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Contratos de Serviços	562.065.351,17	257.972.492,50	88.392.809,32	46.248.455,78	10.810.616,82	965.489.725,59
Contratos de Aluguéis	73.432.032,56	41.800.549,49	2.072.364,55	4.094.530,68		121.399.477,28
Contratos de Fornecimento de Bens	33.209.953,99	7.264.227,31	9.582.004,47	1.924.992,20	228.740,00	52.209.917,97
Contratos de Seguros	2.058.514,34	36.977,37			164,16	2.095.655,87
Obrigações Contratuais	670.765.852,06	307.074.246,67	100.047.178,34	52.267.978,66	11.039.520,98	1.141.194.776,71

As obrigações contratuais compreendem o controle sobre os contratos celebrados pelas unidades gestoras do MPU na figura de contratante, visando à obtenção de bens e serviços com terceiros.

As obrigações contratuais de serviços representam 84,6% do total das obrigações assumidas pelo Ministério Público da União no final de 2023. As principais contratações registradas no Siafi são decorrentes de:

- Serviços de comunicação de dados em nível nacional;
- Serviços gerenciados de computação em nuvem e de segurança;

- Fornecimentos de subscrições Microsoft no regime *Enterprise Agreement Subscription - EAS*;
- Serviços de vigilância armada e desarmada;
- Serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de detecção, combate e alarme de incêndio;
- Serviços dos correios;
- Serviços de mão-de-obra residente, de limpeza, conservação e higienização;
- Serviço de *outsourcing* de impressão de abrangência nacional;
- Hospedagem de equipamentos (*colocation*); e
- Construção de imóveis.

3.1.12. Nota 12 – Superávit/Déficit Financeiro

O superávit/déficit financeiro é um indicador da posição financeira, calculado a partir da diferença entre ativo e passivo financeiros⁴. Este indicador propicia a análise sobre a existência ou não de recursos a serem utilizados como fonte para abertura de créditos adicionais.

No exercício de 2023, o superávit financeiro foi de R\$ 374,9 milhões. Em relação ao exercício anterior, nota-se um aumento de R\$ 19,5 milhões, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 13 - Cálculo do Superávit Financeiro - 2023 e 2022

	2023	2022	Em R\$ Variação
(+) Ativo Financeiro (AF)	561.518.672,85	481.980.208,30	79.538.464,55
(-) Passivo Financeiro (PF)	186.639.721,88	126.552.858,85	60.086.863,03
(=) Superávit/Déficit Financeiro (AF - PF)	374.878.950,97	355.427.349,45	19.451.601,52

⁴ O **Ativo Financeiro** compreende os créditos e valores realizáveis independentemente da autorização orçamentária e dos valores numerários, enquanto que o **Passivo Financeiro** compreende os compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. (Art. 105, §§ 1º e 3º, da Lei nº 4.320/1964).

3.2 – Demonstração das Variações Patrimoniais

Esta demonstração contábil evidencia as variações verificadas no patrimônio do MPU, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do período de referência. O resultado patrimonial é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

Caso o total das variações patrimoniais aumentativas seja superior ao total das variações patrimoniais diminutivas, diz-se que o resultado patrimonial foi superavitário ou que houve um superávit patrimonial. Caso contrário, diz-se que o resultado patrimonial foi deficitário ou que houve um déficit patrimonial.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício 2023

Em R\$

	NExp	2023	2022
Variações Patrimoniais Aumentativas			
<i>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</i>	13	998.614,89	2.719.510,75
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		998.614,89	2.719.510,75
<i>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</i>		358,88	2.644,54
Juros e Encargos de Mora		358,88	2.644,54
<i>Transferências e Delegações Recebidas</i>		17.634.710.138,38	15.997.883.995,82
Transferências Intragovernamentais		17.609.870.492,79	15.891.732.342,10
Outras Transferências e Delegações Recebidas		24.839.645,59	106.151.653,72
<i>Valorização e Ganhos c/Ativos e Desincorp. de Passivos</i>		-504.093,46	215.265.472,83
Reavaliação de Ativos			114.100.782,96
Ganhos com Alienação		101.999,00	309.168,33
Ganhos com Incorporação de Ativos		-661.596,22	95.753.329,98
Ganhos com Desincorporação de Passivos		55.503,76	5.102.191,56
<i>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</i>		643.750.774,18	55.161.183,67
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	14	643.750.774,18	55.161.183,67
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		18.278.955.792,87	16.271.032.807,61

	NExp	2023	2022
Variações Patrimoniais Diminutivas			
<i>Pessoal e Encargos</i>		6.069.799.755,41	5.587.601.036,98
Remuneração a Pessoal	15	4.898.808.515,22	4.526.913.573,28
Encargos Patronais	15	814.771.329,03	821.743.701,49
Benefícios a Pessoal	16	345.079.235,70	231.397.410,21
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		11.140.675,46	7.546.352,00
<i>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</i>	17	1.088.612.631,10	1.039.540.470,40
Aposentadorias e Reformas		740.258.852,97	761.659.142,70
Pensões		204.005.543,98	194.830.960,49
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		144.348.234,15	83.050.367,21
<i>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</i>	18	1.069.810.622,86	959.364.747,30
Uso de Material de Consumo		25.602.435,88	20.130.335,71
Serviços		973.586.095,44	866.599.056,39
Depreciação, Amortização e Exaustão		70.622.091,54	72.635.355,20
<i>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</i>		37.922,36	8.760.571,54
Juros e Encargos de Mora		37.618,03	40.132,71
Variações Monetárias e Cambiais			13,08
Descontos Financeiros Concedidos		304,33	8.720.425,75
<i>Transferências e Delegações Concedidas</i>		9.466.035.724,21	8.078.266.408,45
Transferências Intragovernamentais	19	9.410.827.963,62	7.993.186.192,71
Outras Transferências e Delegações Concedidas		55.207.760,59	85.080.215,74
<i>Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos</i>		102.151.306,18	100.169.603,38
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas	20	6.851.315,74	6.695.200,99
Perdas com Alienação			85.420,91
Perdas Involuntárias		110.923,67	171.682,06
Incorporação de Passivos	21	5.743.157,00	1.018.430,00
Desincorporação de Ativos	22	89.445.909,77	92.198.869,42
<i>Tributárias</i>		2.370.811,57	2.367.382,60
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		967.248,39	878.760,53
Contribuições		1.403.563,18	1.488.622,07
<i>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</i>		10.484.887,85	12.940.266,44
Premiações		920,00	20.833,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	23	10.483.967,85	12.919.433,44
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		17.809.303.661,54	15.789.010.487,09
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I – II)	24	469.652.131,33	482.022.320,52

3.2.1. Nota 13 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, nesta linha das VPAs devem constar as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos. No gráfico a seguir, visualiza-se sua composição:

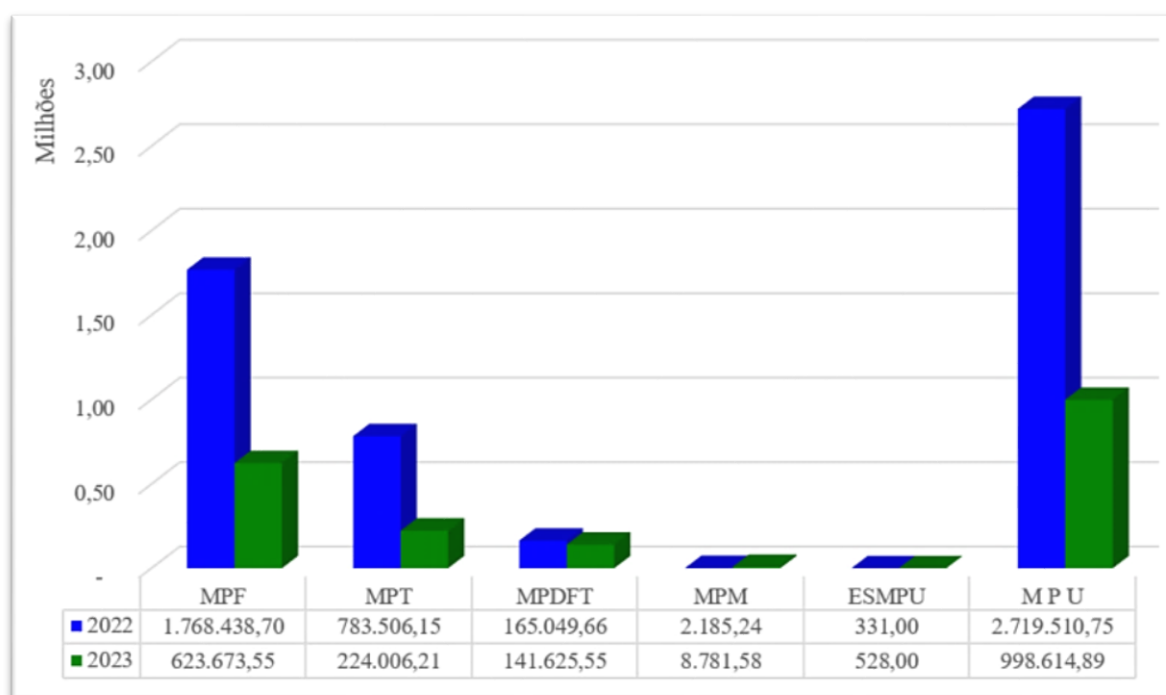


Gráfico 4 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Do total contabilizado em 2023, como exploração de bens, direitos e prestação de serviços, verifica-se que 62,5% foram realizados pelo Ministério Público Federal, em razão da arrecadação, especialmente, de aluguéis e arrendamentos.

3.2.2. Nota 14 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

A tabela a seguir apresenta a composição desse item no exercício de 2023.

Tabela 14 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas - Composição

Em R\$

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
VPA decorrente de fatores geradores diversos	636.952.659,15	10.753,99		79.054,05	44.073,68	637.086.540,87
Restituições	4.402.522,41	1.314.188,31	102.593,69		29.130,46	5.848.434,87
Multas Administrativas	522.785,47	46.863,92	122.445,70	6.660,19		698.755,28
Indenizações	105.333,46	4.084,22	3.689,48	3.936,00		117.043,16
Diversas VPA	641.983.300,49	1.375.890,44	228.728,87	89.650,24	73.204,14	643.750.774,18

O montante registrado no título *VPA decorrente de fatores geradores diversos* foi originado, em especial, pela arrecadação registrada na Secretaria de Administração do MPF (UG 200.100), devido ao uso do código de recolhimento 13920-3 (MPF-Recuperação de recursos no combate a corrupção e proteção de direitos difusos). Por sua vez, os valores das restituições são pertinentes às folhas de pagamento contabilizadas pelos ramos do MPU e pela ESMPU.

3.2.3. Nota 15 – Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais

Este item da DVP compreende a remuneração do pessoal ativo civil, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei, decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público. Compreende, ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes às mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

No exercício de 2023, o total das despesas com remuneração a pessoal e encargos patronais no MPU totalizou R\$ 5,71 bilhões. Na sequência, apresenta-se a tabela com as principais rubricas, agrupadas pelos ramos do MPU e ESMPU.

Tabela 15 - Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais - Composição

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Gratificações	1.107.153.018,18	459.746.537,73	256.551.126,01	66.849.177,14	6.452.290,91	1.896.752.149,97
Vencimentos e Salários	1.070.135.545,90	502.712.583,37	282.730.086,18	66.640.494,97	2.909.772,21	1.925.128.482,63
Contribuição Patronal para o RPPS	411.329.069,08	172.875.234,28	96.585.013,52	28.763.803,60	1.101.549,28	710.654.669,76
Férias	336.097.331,30	142.312.606,46	81.749.193,78	7.289.420,25	1.095.437,62	568.543.989,41
13º Salário	199.022.628,99	87.235.167,66	45.548.124,65	11.296.932,28	868.453,26	343.971.306,84
Licenças	48.797.522,85	25.745.299,87	13.948.103,33	4.786.592,29	106.954,50	93.384.472,84
Complementação de Previdência	37.124.338,28	16.824.679,30	12.197.765,88	948.564,32	172.313,57	67.267.661,35
Abonos	22.557.497,78	11.343.251,08	6.273.537,07	2.964.667,55	21.344,22	43.160.297,70
Outras rubricas	41.245.796,59	15.945.437,90	4.946.373,17	2.289.558,63	289.647,46	64.716.813,75
Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais	3.273.462.748,95	1.434.740.797,65	800.529.323,59	191.829.211,03	13.017.763,03	5.713.579.844,25

As despesas com remuneração a pessoal e encargos patronais tiveram uma elevação de 6,8% em relação ao exercício anterior, como detalha a tabela a seguir. Percebe-se que o maior aumento de despesa registrado foi com vencimentos e salários – R\$ 258,8 milhões (15,5%). Por outro lado, a maior redução de despesa foi na contribuição patronal para o RPPS – R\$ 33,9 milhões (-4,6%).

Tabela 16 - Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais - 2023 e 2022

	2023	2022	AH	AV
Vencimentos e Salários	1.925.128.482,63	1.666.355.416,61	15,5%	33,7%
Gratificações	1.896.752.149,97	1.794.551.890,52	5,7%	33,2%
Contribuição Patronal para o RPPS	710.654.669,76	744.576.024,86	-4,6%	12,4%
Férias	568.543.989,41	568.339.619,05	0,0%	10,0%
13º Salário	343.971.306,84	314.374.955,73	9,4%	6,0%
Licenças	93.384.472,84	119.172.661,25	-21,6%	1,6%
Complementação de Previdência	67.267.661,35	50.965.443,62	32,0%	1,2%
Abonos	43.160.297,70	44.524.925,79	-3,1%	0,8%
Outras rubricas	64.716.813,75	45.796.337,34	41,3%	1,1%
Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais	5.713.579.844,25	5.348.657.274,77	6,8%	100,0%

3.2.4. Nota 16 – Benefícios a Pessoal

Este item compreende o valor total das variações patrimoniais diminutivas com benefícios devidos a pessoal civil, tais como: ajuda de custo, auxílio creche, auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio transporte, indenização de transporte etc.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição dos Benefícios a Pessoal registrados no Siafi.

Tabela 17 - Benefícios a Pessoal - Composição

	Em R\$					
	M P F	M P T	M P D F T	M P M	E S M P U	M P U
Auxílio Alimentação	160.341.448,52	64.003.221,21	35.517.221,96	9.209.084,99	711.342,99	269.782.319,67
Auxílio Creche	28.539.144,47	11.944.391,17	7.180.256,23	1.344.850,37	89.587,92	49.098.230,16
Ajuda de Custo	13.553.772,87	4.931.298,76	70.984,34	1.676.562,87		20.232.618,84
Auxílio Moradia	2.432.607,88	843.505,16		198.041,04		3.474.154,08
Indenização de Transporte	1.401.101,22	257.772,40				1.658.873,62
Auxílio Transporte	279.672,95	222.814,62	4.595,29	127.880,00	38,89	635.001,75
Outras Benefícios		178.349,48	19.688,10			198.037,58
Benefícios a Pessoal	206.547.747,91	82.381.352,80	42.792.745,92	12.556.419,27	800.969,80	345.079.235,70

As despesas com benefícios a pessoal foram de R\$ 345,1 milhões em 2023, sendo observada elevação de 49,1% em relação ao exercício anterior, conforme é detalhado na tabela a seguir. O maior aumento de despesa ocorreu em auxílio alimentação – R\$ 84,9 milhões (variação de 45,9%).

Tabela 18 - Benefícios a Pessoal - 2023 e 2022

	Em R\$			
	2023	2022	AH	AV
Auxílio Alimentação	269.782.319,67	184.851.409,79	45,9%	78,2%
Auxílio Creche	49.098.230,16	38.843.268,89	26,4%	14,2%
Ajuda de Custo	20.232.618,84	3.821.125,87	429,5%	5,9%
Auxílio Moradia	3.474.154,08	3.091.065,79	12,4%	1,0%
Indenização de Transporte	1.658.873,62			0,5%
Auxílio Transporte	635.001,75	417.355,59	52,1%	0,2%
Outras Benefícios	198.037,58	373.184,28	-46,9%	0,1%
Benefícios a Pessoal	345.079.235,70	231.397.410,21	49,1%	100,0%

3.2.5. Nota 17 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

De acordo com o MCASP, nesse item estão compreendidas as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reservas remuneradas e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Compreendem, também, as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Na continuação, apresenta-se a tabela com as principais rubricas desse item.

Tabela 19 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais - Composição

	M P F	M P T	M P D F T	M P M	E S M P U	M P U
Proventos - Pessoal Civil	272.534.384,28	170.191.809,75	88.123.838,45	32.381.544,34		563.231.576,82
Pensões Cíveis	82.181.234,62	51.377.245,58	21.859.408,59	19.979.922,23		175.397.811,02
Assistência a Saúde	85.179.107,07	32.396.904,92	19.722.266,60	5.316.840,96	306.640,81	142.921.760,36
Aposentadorias pendentes de aprovação	80.832.736,39	15.702.182,99				96.534.919,38
13º Salário	38.231.241,97	18.371.030,48	9.181.787,10	4.481.131,46		70.265.191,01
Gratificações	22.217.988,29	4.211.813,58	1.611.140,53	774.671,57		28.815.613,97
Licença Prêmio	213.865,29	561.847,71	161.395,74			937.108,74
Outros benefícios	2.762.465,00	952.947,91	6.675.596,81	117.640,08		10.508.649,80
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	584.153.022,91	293.765.782,92	147.335.433,82	63.051.750,64	306.640,81	1.088.612.631,10

Em 2023, esse item apresentou um acréscimo de R\$ 49,1 milhões (variação de 4,7%) em relação ao exercício anterior, ocasionado principalmente pelo aumento de R\$ 79,8 milhões (478,1%) nas despesas com aposentadorias pendentes de aprovação.

Tabela 20 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais - 2023 e 2022

	2023	2022	AH	AV
Proventos - Pessoal Civil	563.231.576,82	666.588.060,24	-15,5%	51,7%
Pensões Cíveis	175.397.811,02	168.110.379,67	4,3%	16,1%
Assistência a Saúde	142.921.760,36	81.422.751,34	75,5%	13,1%
Aposentadorias pendentes de aprovação	96.534.919,38	16.698.279,03	478,1%	8,9%
13º Salário	70.265.191,01	66.354.046,37	5,9%	6,5%
Gratificações	28.815.613,97	31.156.403,44	-7,5%	2,6%
Licença Prêmio	937.108,74	3.684.753,83	-74,6%	0,1%
Outros benefícios	10.508.649,80	5.525.796,48	90,2%	1,0%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.088.612.631,10	1.039.540.470,40	4,7%	100,0%

3.2.6. Nota 18 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Excetuadas as despesas com pessoal e respectivos encargos, este item compreende as demais despesas necessárias à manutenção e operação das unidades gestoras do Ministério Público da União.

A seguir, é apresentada a tabela com as principais rubricas que compõem esse item das variações patrimoniais diminutivas.

Tabela 21 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - Composição

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	220.804.712,19	69.795.961,37	43.177.008,52	18.455.930,90	3.928.386,93	356.161.999,91
Serviços Técnicos Profissionais	258.774.151,43	33.121.645,96	7.846.666,29	2.833.220,98	6.908.700,46	309.484.385,12
Locações e Arrendamentos	45.950.830,79	29.589.654,58	1.080.622,12	172.932,67	552.150,46	77.346.190,62
Depreciação de Bens Móveis	33.630.140,64	21.782.081,01	6.148.377,71	1.628.299,47	1.188.361,54	64.377.260,37
Serv.Água e Esgoto, Energia Elétrica, Gás e Outros	27.750.311,46	11.834.158,16	4.821.859,51	2.245.989,46	343.107,06	46.995.425,65
Serviços Comunicação, Gráfico e Audiovisual	25.386.671,32	16.147.305,49	2.122.876,57	2.414.688,66	243.831,00	46.315.373,04
Serviços Educacionais e Culturais	31.375.200,05	9.049.679,20	1.098.628,24	1.009.320,55		42.532.828,04
Diárias	21.450.565,07	15.950.710,10	722.997,73	2.418.096,49	1.498.441,73	42.040.811,12
Serviços Transportes, Passagem, Locom. e Hospedagem	16.160.299,92	10.288.107,46	539.536,34	1.136.620,50	2.250.588,16	30.375.152,38
Serviços Administrativos	9.393.809,35	10.063.879,28	136.895,26	1.787.674,90		21.382.258,79
Material de Consumo Imediado	8.534.520,71	3.162.337,66	19.172,04	1.043.383,94	120.767,25	12.880.181,60
Consumo de Materiais Estocados - Almoxarifado	6.197.116,08	2.739.604,16	1.982.697,79	151.001,76	84.835,94	11.155.255,73
Depreciação de Bens Imóveis	4.028.811,10	1.708.533,45	138.056,42	204.008,74	61.680,15	6.141.089,86
Outras rubricas	2.022.547,85	447.126,42	10.722,41	124.765,95	17.248,00	2.622.410,63
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	711.459.687,96	235.680.784,30	69.846.116,95	35.625.934,97	17.198.098,68	1.069.810.622,86

As despesas com serviços que mais se destacaram no ano de 2023 foram aquelas relativas à prestação de serviços de apoio administrativo, técnico e operacional e de serviços técnicos profissionais, com montante de R\$ 665,6 milhões, representando 62,2% do total contabilizado nesse item.

Tabela 22 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - 2023 e 2022

	2023	2022	AH	AV
Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	356.161.999,91	330.625.616,83	7,7%	33,3%
Serviços Técnicos Profissionais	309.484.385,12	260.499.739,20	18,8%	28,9%
Locações e Arrendamentos	77.346.190,62	76.902.689,74	0,6%	7,2%
Depreciação de Bens Móveis	64.377.260,37	66.124.693,07	-2,6%	6,0%
Serv.Água e Esgoto, Energia Elétrica, Gás e Outros	46.995.425,65	44.219.780,36	6,3%	4,4%
Serviços Comunicação, Gráfico e Audiovisual	46.315.373,04	43.526.180,00	6,4%	4,3%
Serviços Educacionais e Culturais	42.532.828,04	36.628.757,36	16,1%	4,0%
Diárias	42.040.811,12	30.695.004,21	37,0%	3,9%
Serviços Transportes, Passagem, Locom. e Hospedagem	30.375.152,38	22.097.889,08	37,5%	2,8%
Serviços Administrativos	21.382.258,79	20.295.515,27	5,4%	2,0%
Material de Consumo Imediado	12.880.181,60	9.688.558,80	32,9%	1,2%
Consumo de Materiais Estocados - Almoxarifado	11.155.255,73	8.888.865,38	25,5%	1,0%
Depreciação de Bens Imóveis	6.141.089,86	6.402.108,72	-4,1%	0,6%
Outras rubricas	2.622.410,63	2.769.349,28	-5,3%	0,2%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.069.810.622,86	959.364.747,30	11,5%	100,0%

3.2.7. Nota 19 – Transferências Intragovernamentais

Quase a totalidade das Transferências Intragovernamentais refere-se ao sub-repasse⁵ concedido pela setorial financeira do MPU (Unidade Gestora 200.097 – Secretaria Geral do MPF), conforme tabela a seguir:

Tabela 23 - Transferências Intragovernamentais - Composição

Em R\$

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Sub-Repasse Concedido	8.680.242.687,43		4.840.861,07			8.685.083.548,50
Movimento de Saldos Patrimoniais	642.368.074,49	1.394.823,13	286.618,54	98.431,82	43.099,71	644.191.047,69
Transferências Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar	77.611.125,68		109.999,98			77.721.125,66
Diferido - Sub-Repasse Devolvido	1.418.227,34	27.430,27	1.153.180,78			2.598.838,39
Repasse Concedido	1.182.772,38		27.500,00			1.210.272,38
Diferido - Cota Devolvida	23.131,00					23.131,00
Transferências Intragovernamentais	9.402.846.018,32	1.422.253,40	6.418.160,37	98.431,82	43.099,71	9.410.827.963,62

3.2.8. Nota 20 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas

Este item é constituído do ajuste de desvalorização de imóvel de uso especial no SPIUnet. Na tabela a seguir são evidenciadas as desvalorizações efetuadas pelas unidades gestoras do MPU:

Tabela 24 - Desvalorização de Bens Imóveis

Em R\$

Registro Imobiliário Patrimonial - RIP	Descrição do Imóvel	Quantia da Desvalorização
200.031 – Procuradoria da República na Bahia		
3363.00044.500-6	Edifício – Rodovia BR 020 – Km 3,5 – Morada Nobre – Barreiras - BA	230.468,18
200.043 – Procuradoria da República no Rio de Janeiro		
6001.04902.500-8	Edifício – Av. Nilo Peçanha nº 23/31 – Centro – Rio de Janeiro - RJ	5.744.218,57
200.078 – Procuradoria da República no Maranhão		
0757.00116.500-1	Edifício – Travessa Otávio Passos nº 03 - Campo Belém Caxias - Cidade Judiciária - Caxias - MA	876.628,99

⁵ **Sub-repasse** é um tipo de liberação de recursos dos órgãos setoriais de programação financeira para as unidades gestoras de sua jurisdição e entre as unidades gestoras de um mesmo ministério, órgão ou entidade. (art. 19, inc. III, do Decreto nº 825/1993)

Os valores contabilizados na PR/BA e PR/RJ são decorrentes de regularização de saldo invertido na conta 23611.02.00 (Reavaliação de Bens Imóveis - RIP), em observância ao disposto no item 4.3.4 da Macrofunção [021006 \(Manual de Regularizações Contábeis\)](#).

Por sua vez, para regularizar as alterações indevidas nos valores dos imóveis de RIP n.ºs 0921.00319.500-7 e 0757.00116.500-1 no SPIUnet, as quais ocasionaram registros no Siafi 2022 e contabilização na VPA 46.111.02.00 (Reavaliação de Bens Imóveis), a PR/MA fez ajustes em 2023 nos dados cadastrais desses imóveis no SPIUnet, provocando a emissão das 2023NL800001 a 2023NL800004 no Siafi. Esse procedimento compatibilizou os valores dos bens imóveis com os respectivos laudos de avaliação.

3.2.9. Nota 21 – Incorporação de Passivos

Este item é praticamente todo formado pelo repasse financeiro no montante de R\$ 5.720.000,00 (2023PF000062, 2023PF000105 e 2023PF000219) realizado pelo Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (UG 200401/00001) para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, relativo ao Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 57/2019 – registrado no Siafi sob o nº 698761.

3.2.10. Nota 22 – Desincorporação de Ativos

As principais desincorporações foram registradas nas seguintes unidades gestoras:

- Procuradoria da República na Bahia (UG 200.031), no montante de R\$ 51.204.603,50 (2023NL000001), decorrente do ajuste de saldo invertido da VPA 46391.01.00, o qual foi ocasionado pela regularização de registros em duplicidade no SPIUnet, realizados no ano de 2020;
- Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região – MG (UG 200.036), nos valores de R\$ 1.493.032,31 (2023NS000719) e R\$ 1.067.968,18 (2023NS001370), referentes às baixas de saldos da conta 12321.06.01 (Obras em andamento) em razão de conclusão das reformas da PTM de Varginha – MG e da PTM de Montes Claros – MG, respectivamente;

- Procuradoria da República no Rio de Janeiro (UG 200.043), no montante de R\$ 1.599.399,96 (2023NS001081), referente à baixa de saldo da conta 12321.06.01 (Obras em andamento) em razão de conclusão da reforma das fachadas do edifício-sede da PR/RJ;
- Procuradoria da República no Piauí (UG 200.080), no montante de R\$ 21.730.098,76 (2023NS001798), referente à baixa de saldo da conta 12321.06.01 (Obras em andamento) em razão de conclusão do edifício-sede da PR/PI; e
- Secretaria de Administração do MPF (200.100), no valor de R\$ 1.148.187,71 (2023NS002536), referente à baixa de saldo nas contas 12321.06.01 (Obras em andamento) e 12321.06.05 (Estudos e Projetos) em razão de conclusão das benfeitorias no edifício-sede da Procuradoria Geral da República. Além disso, consta registro no valor de R\$ 802.887,32 (2023NS002536), referente à baixa de saldo da conta 12321.06.05 (Estudos e Projetos) em razão de conclusão do projeto PR/AM.

3.2.11. Nota 23 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

Esse agrupamento tem por função registrar as variações patrimoniais diminutivas não classificadas em itens específicos. As despesas com restituições (R\$ 5,6 milhões), indenizações (R\$ 4,8 milhões) e as que são decorrentes de fatos diversos (R\$ 104 mil) representam as VPD desse agrupamento em 2023. A sua composição é apresentada ao lado.

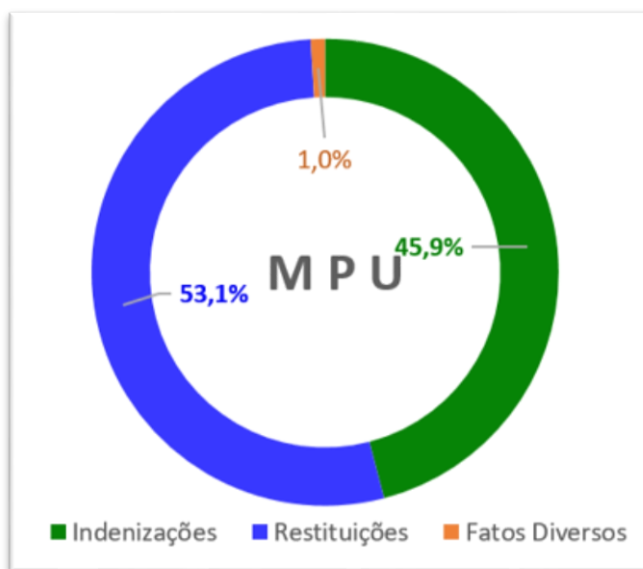


Gráfico 5 - Diversas VPDs

3.2.12. Nota 24 – Resultado Patrimonial

Em 31/12/2023, o Resultado Patrimonial superavitário de R\$ 469,7 milhões foi apurado pelo confronto das VPAs e VPDs, conforme evidenciado na tabela a seguir.

Tabela 25 - Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas

	2023	2022	Em R\$ AH
Variações Patrimoniais Aumentativas	18.278.955.792,87	16.271.032.807,61	12,3%
Variações Patrimoniais Diminutivas	17.809.303.661,54	15.789.010.487,09	12,8%
Resultado Patrimonial do Período	469.652.131,33	482.022.320,52	-2,6%

Observa-se que, no resultado patrimonial do período, houve um decréscimo quando comparado ao do exercício anterior. Em 2023, foi apurado um resultado de R\$ 469,7 milhões, que representa uma variação negativa 2,6% (R\$ 12,4 milhões) em relação ao ano de 2022. Nota-se, ainda, que o aumento nas VPDs foi superior ao das VPAs no período comparado.

3.3 – Balanço Orçamentário

Esta demonstração contábil evidencia as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, além de discriminar a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Exercício 2023

Em R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NExp	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes (I)	25	650.759,00	650.759,00	858.165,31	207.406,31
Receita Patrimonial		550.896,00	550.896,00	465.139,80	-85.756,20
Receitas de Serviços				224.006,21	224.006,21
Outras Receitas Correntes		99.863,00	99.863,00	169.019,30	69.156,30
Receitas de Capital (II)	25	501.303,00	501.303,00	300.626,00	-200.677,00
Alienação de Bens		501.303,00	501.303,00	300.626,00	-200.677,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)					
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)		1.152.062,00	1.152.062,00	1.158.791,31	6.729,31
Déficit (V)				8.839.432.933,62	8.839.432.933,62
TOTAL (VI) = (IV + V)		1.152.062,00	1.152.062,00	8.840.591.724,93	8.839.439.662,93

Em R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NExp	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes (VII)	26	8.776.664.103,00	8.759.646.021,00	8.700.646.667,56	8.577.004.864,67	8.572.556.357,12	58.999.353,44
Pessoal e Encargos Sociais		6.671.491.215,00	7.228.647.770,00	7.174.335.413,46	7.101.706.464,55	7.100.956.464,00	54.312.356,54
Outras Despesas Correntes		2.105.172.888,00	1.530.998.251,00	1.526.311.254,10	1.475.298.400,12	1.471.599.893,12	4.686.996,90
Despesas de Capital (VIII)	26	116.969.392,00	134.381.775,00	139.945.057,37	106.806.453,76	106.289.996,99	-5.563.282,37
Investimentos		103.769.392,00	127.541.775,00	133.105.057,37	99.966.453,76	99.449.996,99	-5.563.282,37
Inversões Financeiras		13.200.000,00	6.840.000,00	6.840.000,00	6.840.000,00	6.840.000,00	0,00
Reserva de Contingência (IX)							0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VII + VIII + IX)		8.893.633.495,00	8.894.027.796,00	8.840.591.724,93	8.683.811.318,43	8.678.846.354,11	53.436.071,07
Superávit (XI)							
TOTAL (XII) = (X + XI)		8.893.633.495,00	8.894.027.796,00	8.840.591.724,93	8.683.811.318,43	8.678.846.354,11	53.436.071,07

Execução de Restos a Pagar Não Processados

Exercício 2023

Em R\$

NExp	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
Despesas Correntes	10.212.534,88	56.681.079,31	45.153.916,77	45.120.591,90	12.112.647,26	9.660.375,03
Pessoal e Encargos Sociais	281.544,60	6.591.807,16	5.123.179,33	5.123.179,33	1.170.410,75	579.761,68
Outras Despesas Correntes	9.930.990,28	50.089.272,15	40.030.737,44	39.997.412,57	10.942.236,51	9.080.613,35
Despesas de Capital	17.896.337,41	35.219.290,22	36.447.063,22	36.436.603,11	3.887.340,77	12.791.683,75
Investimentos	17.896.337,41	35.034.290,22	36.262.063,22	36.251.603,11	3.887.340,77	12.791.683,75
Inversões Financeiras		185.000,00	185.000,00	185.000,00		
TOTAL	27	28.108.872,29	91.900.369,53	81.600.979,99	15.999.988,03	22.452.058,78

Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

Exercício 2023

Em R\$

	Inscritos					Saldo
	NExp	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	
Despesas Correntes		187.557,95	4.948.249,86	4.977.681,17	66.556,96	91.569,68
Pessoal e Encargos Sociais			246.410,15	246.228,61		181,54
Outras Despesas Correntes		187.557,95	4.701.839,71	4.731.452,56	66.556,96	91.388,14
Despesas de Capital		2.259,00	254.517,46	254.517,46		2.259,00
Investimentos		2.259,00	254.517,46	254.517,46		2.259,00
Inversões Financeiras						
TOTAL	27	189.816,95	5.202.767,32	5.232.198,63	66.556,96	93.828,68

3.3.1. Nota 25 – Execução Orçamentária da Receita

As receitas orçamentárias são registradas pelo regime de arrecadação, sendo reconhecidas e contabilizadas como ingressos orçamentários no momento em que a instituição financeira recebe o recurso financeiro do contribuinte.

A LOA de 2023 estimou receitas de R\$ 1,2 milhão, as quais foram efetivamente arrecadadas pelo Ministério Público da União. A receita realizada teve a seguinte composição:

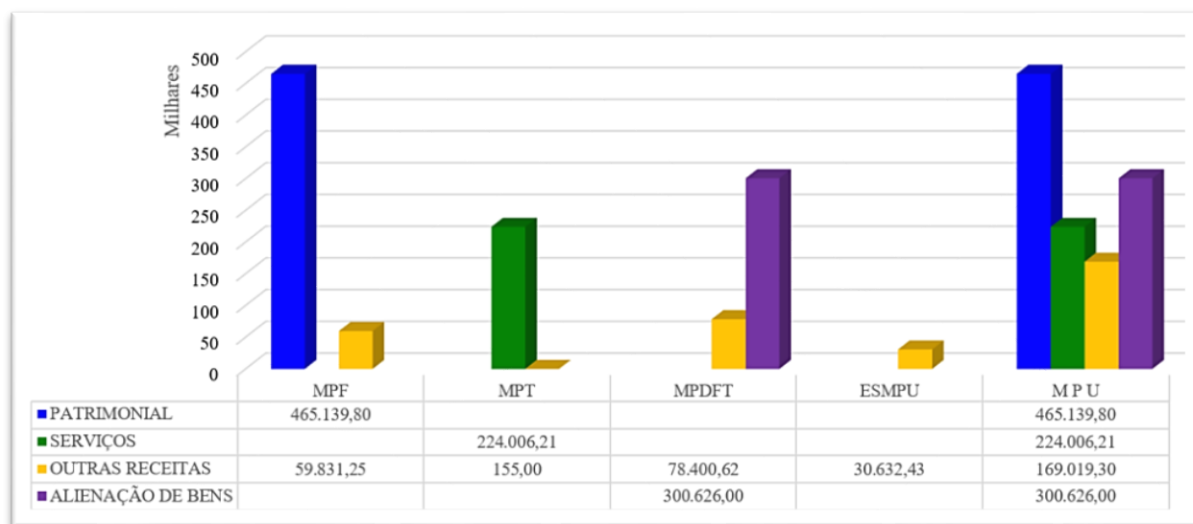


Gráfico 6 - Execução Orçamentária da Receita

A receita patrimonial é decorrente de aluguéis e arrendamentos feitos somente pela Secretaria de Administração do MPF. Por sua vez, as outras receitas correntes são originadas, especialmente, de aplicação de multas previstas em contratos administrativos, sendo os maiores valores arrecadados pelo MPDFT e pela Procuradoria da República no Rio Grande do Norte.

Além disso, tem-se que a receita de serviços é proveniente de taxa do 23º concurso público para o cargo de procurador e procuradora do Trabalho, enquanto a receita com alienação de bens é originada de leilão realizado pelo MPDFT.

3.3.2. Nota 26 – Execução Orçamentária da Despesa

As despesas orçamentárias são registradas, inicialmente, no momento da emissão do empenho, ato este que segue o Princípio da Anualidade Orçamentária. Ao longo do exercício são feitos registros relativos às etapas de liquidação e de pagamento das despesas orçamentárias.

De acordo com o art. 58 da Lei nº 4.320/1964, empenho é o ato emanado da autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição.

Além disso, a despesa orçamentária é considerada como do exercício se tiver passado por esse estágio inicial (empenho), mesmo que não seja possível afirmar se foi efetivamente realizada, ou seja, mesmo que não haja condições de garantir se o bem ou material adquirido foi entregue ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado.

Nessa etapa, é possível asseverar apenas que os recursos consignados na LOA estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública.

As despesas empenhadas e não executadas efetivamente (não liquidadas) são inscritas em restos a pagar não processados, os quais são objeto de Nota específica neste documento.

Feitas essas considerações, a dotação atualizada para o Ministério Público da União, no ano de 2023, alcançou o montante de R\$ 8.894.027.796,00, dos quais 99,4% foram empenhados.

A despesa empenhada teve a seguinte composição:

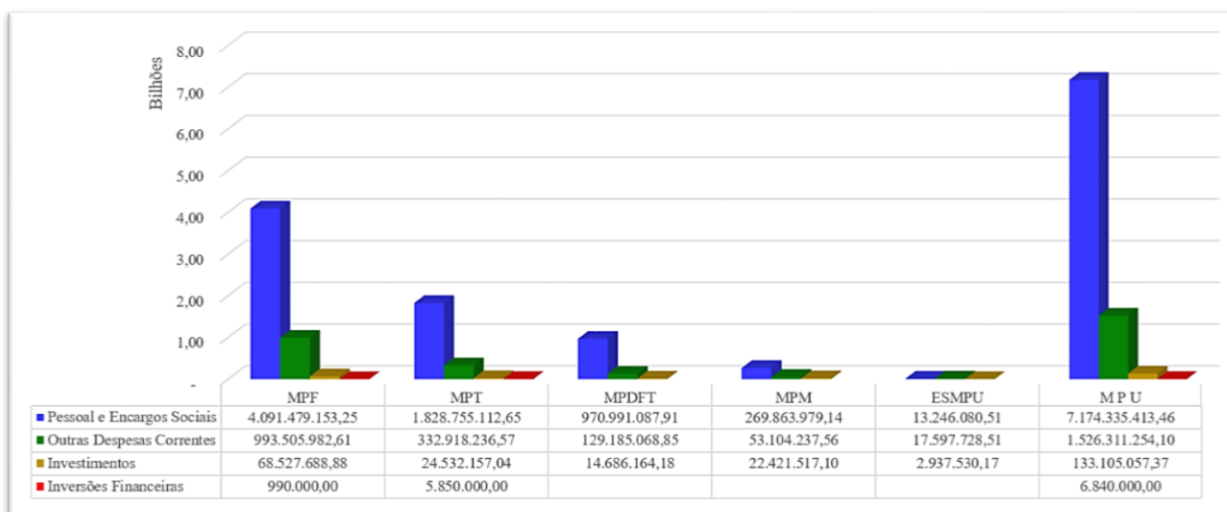


Gráfico 7 - Execução Orçamentária da Despesa

Do montante empenhado, verifica-se que R\$ 8.683.811.318,43 foram liquidados e R\$ 8.678.846.354,11 foram pagos no exercício. Isto implicou na inscrição de restos a pagar processados no valor de R\$ 4.964.964,32 e de restos a pagar não processados no valor de R\$ 156.780.406,50.

As despesas correntes – R\$ 8,70 bilhões – representam 98,4% do total das despesas empenhadas. A principal natureza das despesas correntes está registrada no grupo Pessoal e Encargos Sociais, no montante de 7,17 bilhões, representando 82,5% dos gastos correntes.

Nas despesas de capital (investimentos e inversões financeiras), tem-se que a principal natureza de despesa empenhada foi investimentos, com o valor de R\$ 133,1 milhões, que representa 95,1% do total gastos de capital.

3.3.3. Nota 27 – Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

Em consonância com o art. 36 da Lei nº 4.320/1964, consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro. O conceito de restos a pagar relaciona-se aos estágios da despesa pública, representados pelo empenho, liquidação e pagamento.

O empenho constitui o primeiro estágio de comprometimento da despesa pública referente à reserva de dotação orçamentária para pagamento futuro de um produto ou serviço específico no momento da contratação.

A liquidação é o próximo estágio da despesa pública e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, após a entrega do bem e ou serviço objeto do gasto.

O pagamento é o último estágio da despesa e resulta na extinção da obrigação, após o respectivo ateste.

Quando o pagamento deixa de ser efetuado no exercício do empenho, procede-se, então, à inscrição em restos a pagar. Estes, no momento da inscrição, são classificados em dois tipos: processados e não processados. Os restos a pagar processados referem-se a despesas empenhadas e liquidadas que ainda não foram pagas no exercício. Já os restos a pagar não processados se referem a despesas empenhadas, mas ainda não liquidadas, e consequentemente não pagas até o final do exercício.

Considerando os estágios da despesa pública, convém evidenciar o fluxo do processo relacionado aos restos a pagar no Siafi.

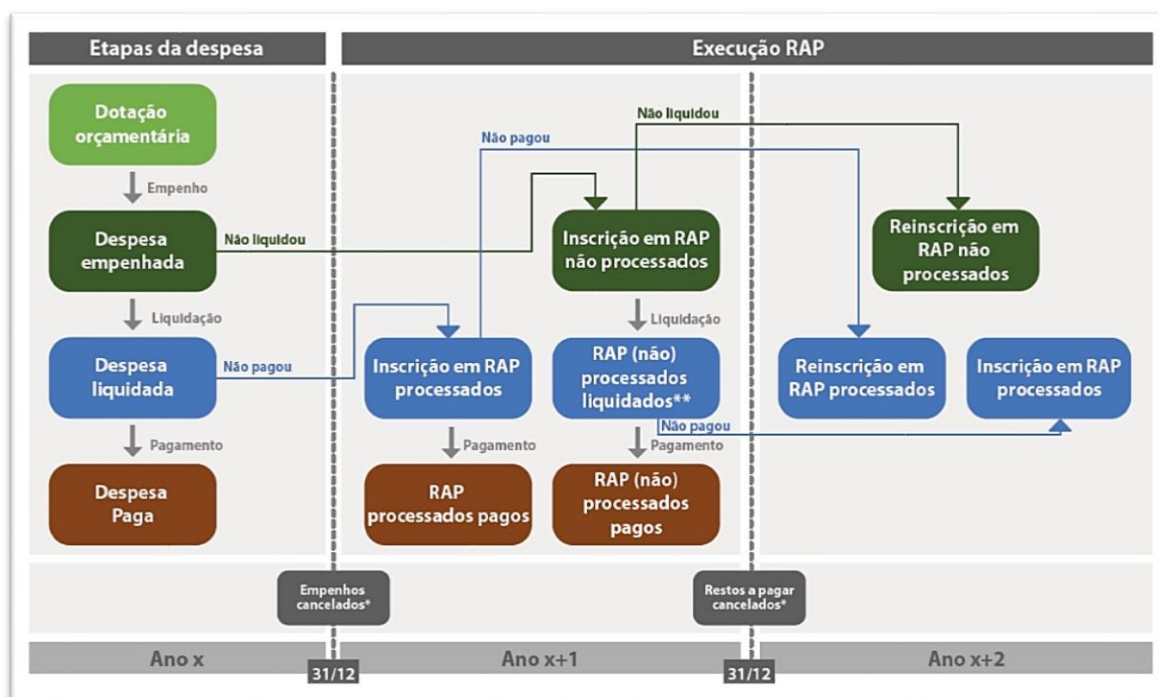


Figura 1 – Fluxograma de Restos a Pagar⁶

O histórico da composição dos estoques de restos a pagar, nos últimos exercícios, pode ser visualizado na tabela a seguir.

Tabela 26 - Histórico da Composição do Estoque de Restos a Pagar

					Em R\$
	ANO	Inscritos e Reinscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	2018	238.316.439,46	50.846.214,10	133.784.994,56	53.685.230,80
	2019	155.159.319,01	52.676.762,25	94.912.598,07	7.569.958,69
	2020	106.543.127,34	10.255.277,26	87.479.635,00	8.808.215,08
	2021	116.210.081,21	13.126.944,02	81.031.224,18	22.051.913,01
	2022	118.589.619,42	12.779.703,08	77.678.140,43	28.131.775,91
	2023	120.009.241,82	15.999.988,03	81.557.195,01	22.452.058,78
TOTAL RPNP		854.827.828,26	155.684.888,74	556.443.787,25	142.699.152,27
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (II)	2018	3.549.622,10	1.071.573,03	2.340.726,28	137.322,79
	2019	8.912.317,62	21.505,76	8.778.942,30	111.869,56
	2020	4.448.325,66	24.753,29	4.244.269,65	179.302,72
	2021	1.804.367,54	24.327,59	1.578.680,14	201.359,81
	2022	2.302.119,12	12.210,29	2.100.091,88	189.816,95
	2023	5.392.584,27	66.556,96	5.232.198,63	93.828,68
TOTAL RPP		26.409.336,31	1.220.926,92	24.274.908,88	913.500,51
RESTOS A PAGAR (III = I + II)	2018	241.866.061,56	51.917.787,13	136.125.720,84	53.822.553,59
	2019	164.071.636,63	52.698.268,01	103.691.540,37	7.681.828,25
	2020	110.991.453,00	10.280.030,55	91.723.904,65	8.987.517,80
	2021	118.014.448,75	13.151.271,61	82.609.904,32	22.253.272,82
	2022	120.891.738,54	12.791.913,37	79.778.232,31	28.321.592,86
	2023	125.401.826,09	16.066.544,99	86.789.393,64	22.545.887,46
TOTAL RP		881.237.164,57	156.905.815,66	580.718.696,13	143.612.652,78

⁶ Elaborado pela STN, sendo utilizado no Relatório de Avaliação dos Restos a Pagar.

A respeito da execução em 2023 do estoque de Restos a Pagar Não Processados (RPNP) – R\$ 91,9 milhões (inscritos em 31 de dezembro de 2022) e R\$ 28,1 milhões (em exercícios anteriores) –, verifica-se que R\$ 81,6 milhões foram pagos e R\$ 16 milhões foram cancelados durante o ano.

A composição dos restos a pagar não processados é demonstrada no gráfico a seguir:

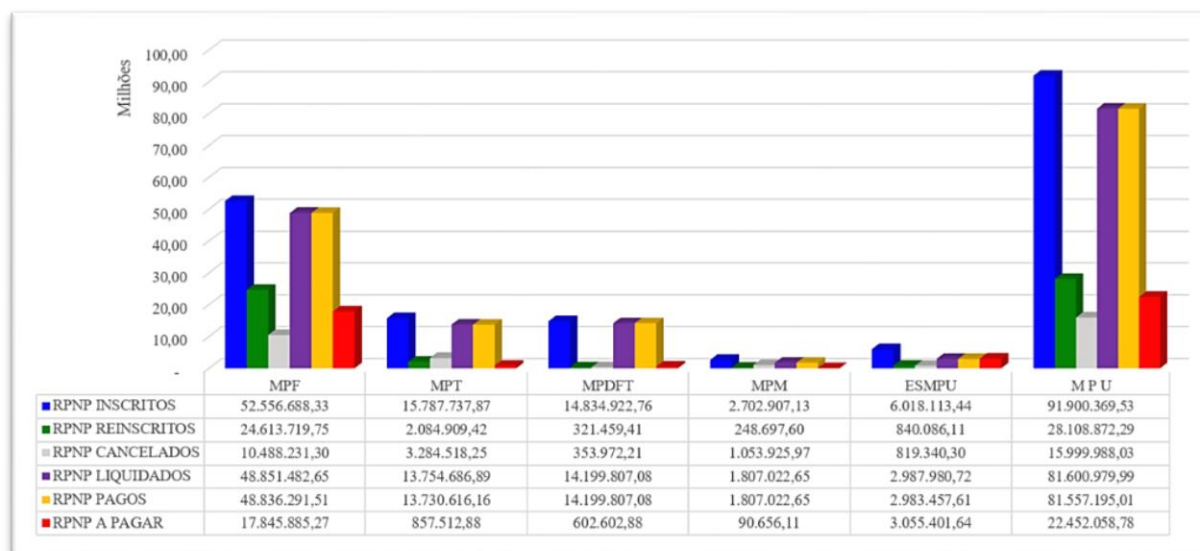


Gráfico 8 - Execução dos Restos a Pagar Não Processados

A respeito dos restos a pagar não processados, observa-se que 85,6% dos gastos correntes foram pagos ou cancelados durante o exercício. Em relação aos gastos de capital, os pagamentos e cancelamentos representaram 75,9% do montante em estoque.

A partir das informações obtidas no Balanço Orçamentário e no Balanço Financeiro, demonstra-se, na tabela a seguir, a composição final do estoque dos restos a pagar em 2023, considerando, inclusive, aqueles que foram inscritos no final do exercício.

Tabela 27 - Estoque de Restos a Pagar em 31/12/2023

	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU
Restos a Pagar Não Processados (RPNP)						
Saldo de Exercícios Anteriores em 31/12/2023	17.845.885,27	857.512,88	602.602,88	90.656,11	3.055.401,64	22.452.058,78
RPNP de 2023 Inscritos em 31/12/2023	120.605.311,93	12.336.410,98	13.604.097,70	4.798.628,96	5.435.956,93	156.780.406,50
Saldo Final de RPNP em 31/12/2023	138.451.197,20	13.193.923,86	14.206.700,58	4.889.285,07	8.491.358,57	179.232.465,28
Restos a Pagar Processados (RPP)						
Saldo de Exercícios Anteriores em 31/12/2023	86.374,61	7.272,52	181,54		0,01	93.828,68
RPP de 2023 Inscritos em 31/12/2023	2.102.140,33	1.028.154,43	1.167.551,50	588.950,04	78.168,02	4.964.964,32
Saldo Final de RPP em 31/12/2023	2.188.514,94	1.035.426,95	1.167.733,04	588.950,04	78.168,03	5.058.793,00
Estoque de Restos a Pagar	140.639.712,14	14.229.350,81	15.374.433,62	5.478.235,11	8.569.526,60	184.291.258,28

Em R\$

Para o ano de 2024, foi inscrito o estoque de R\$ 184,3 milhões de Restos a Pagar, representando um acréscimo de R\$ 58,9 milhões (variação de 47%) em relação à inscrição ocorrida para o ano de 2023 (R\$ 125,4 milhões).

A seguir é apresentada a composição do estoque dos restos a pagar, a partir do ano de empenho da despesa.

Tabela 28 - Estoque de Restos a Pagar - Composição - Por Ano

							Em R\$
ESTOQUE DE RP	ANO DO EMPENHO	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	M P U
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	2019	153.819,94					153.819,94
	2020	10.460.305,89					10.460.305,89
	2021	1.422.298,35	403.722,75	170.638,00			1.996.659,10
	2022	5.809.461,09	453.790,13	431.964,88	90.656,11	3.055.401,64	9.841.273,85
	2023	120.605.311,93	12.336.410,98	13.604.097,70	4.798.628,96	5.435.956,93	156.780.406,50
TOTAL RPNP		138.451.197,20	13.193.923,86	14.206.700,58	4.889.285,07	8.491.358,57	179.232.465,28
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2012	4.566,87					4.566,87
	2013	2.455,75	3.825,20				6.280,95
	2017		2.259,00				2.259,00
	2019	64.757,09					64.757,09
	2020		155,50				155,50
	2021	13.706,72					13.706,72
	2022	888,18	1.032,82	181,54		0,01	2.102,55
	2023	2.102.140,33	1.028.154,43	1.167.551,50	588.950,04	78.168,02	4.964.964,32
TOTAL RPP		2.188.514,94	1.035.426,95	1.167.733,04	588.950,04	78.168,03	5.058.793,00
TOTAL RP		140.639.712,14	14.229.350,81	15.374.433,62	5.478.235,11	8.569.526,60	184.291.258,28

3.4 – Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia todas as movimentações financeiras de entradas e saídas que impactam o caixa e equivalentes de caixa em um exercício financeiro, possibilitando a apuração do resultado financeiro do exercício. Contudo, essa apuração não deve ser confundida com a apuração do superávit ou déficit financeiro, uma vez que tal informação é evidenciada no Balanço Patrimonial.

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de caixa (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986) exige que todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em conta única. Dessa forma, no Balanço Financeiro, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no item Caixa e Equivalentes de Caixa.

O Balanço Financeiro mostra o detalhamento da receita orçamentária em valores brutos por grupo de fonte, apresentando uma única linha com o total das deduções (restituições, retificações decorrentes de erro do contribuinte quando do recolhimento, compensações de tributo, incentivos fiscais etc.).

Além disso, esse demonstrativo segue o regime de caixa e detalha as receitas e despesas orçamentárias de acordo com grupos de fontes. Registre-se que as fontes vinculadas determinam, já no momento da arrecadação, a destinação dos recursos de acordo com vinculações legais. Por sua vez, as fontes de recursos ordinárias podem ser utilizadas para qualquer finalidade, inclusive para complementar as despesas em áreas cuja arrecadação não seja suficiente em fontes vinculadas específicas, como a Previdência Social.

BALANÇO FINANCEIRO

Exercício 2023

Em R\$

INGRESSOS	NExp	2023	2022
Receitas Orçamentárias (I)	28	1.158.791,31	3.357.096,11
<i>Ordinárias</i>			
<i>Vinculadas</i>		1.159.056,61	3.358.145,79
Previdência Social (RPPS)			
Alienação de Bens e Direitos			781.563,32
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.159.056,61	
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas			2.576.582,47
<i>(-) Deduções da Receita Orçamentária</i>		-265,30	-1.049,68
Transferências Financeiras Recebidas (II)		17.609.870.492,79	15.891.732.342,10
<i>Resultantes da Execução Orçamentária</i>		17.526.106.029,40	15.812.472.434,93
Cota Recebida		8.836.146.938,66	7.996.672.357,47
Repasse Recebido		2.276.703,85	2.938.750,99
Sub-repasse Recebido		8.685.083.548,50	7.812.406.775,72
Sub-repasse Devolvido		2.598.838,39	454.550,75
<i>Independentes da Execução Orçamentária</i>		83.764.463,39	79.259.907,17
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		83.348.376,68	69.925.190,50
Movimentação de Saldos Patrimoniais		416.086,71	9.334.716,67
Recebimentos Extraorçamentários (III)		810.191.665,47	148.895.768,34
<i>Inscrição dos Restos a Pagar Processados</i>	26	4.964.964,32	5.179.863,70
<i>Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados</i>	26	156.780.406,50	91.900.369,53
<i>Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados</i>		4.667.264,58	5.299.518,71
<i>Outros Recebimentos Extraorçamentários</i>		643.779.030,07	46.516.016,40
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		2.327,11	2.548,79
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		500,00	0,20
Arrecadação de Outra Unidade		643.774.960,98	46.513.467,41
Valores para Compensação		1.241,98	
Saldo do Exercício Anterior (IV)	32	481.978.498,78	421.476.166,89
<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>		481.978.498,78	421.476.166,89
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		18.903.199.448,35	16.465.461.373,44

DISPÊNDIOS	NExp	2023	2022
Despesas Orçamentárias (VI)	29	8.840.591.724,93	7.905.524.526,37
<i>Ordinárias</i>		7.963.765.467,57	7.051.815.049,87
<i>Vinculadas</i>		876.826.257,36	853.709.476,50
Seguridade Social (exceto Previdência)			1.952.738,00
Previdência Social (RPPS)		869.706.430,00	844.438.520,80
Alienação de Bens e Direitos			606.330,14
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		7.119.827,36	
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas			6.711.887,56
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		9.410.827.963,62	7.993.172.866,70
<i>Resultantes da Execução Orçamentária</i>		8.688.915.790,27	7.867.799.934,06
Repasse Concedido	30	1.210.272,38	54.938.607,59
Sub-repasse Concedido		8.685.083.548,50	7.812.406.775,72
Cota Devolvida		23.131,00	
Sub-repasse Devolvido		2.598.838,39	454.550,75
<i>Independentes da Execução Orçamentária</i>		721.912.173,35	125.372.932,64
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		77.721.125,66	69.524.760,50
Movimentação de Saldos Patrimoniais		644.191.047,69	55.848.172,14
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		90.261.554,49	84.785.481,59
<i>Pagamento dos Restos a Pagar Processados</i>	31	5.232.198,63	2.100.091,88
<i>Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados</i>	31	81.557.195,01	77.678.140,43
<i>Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados</i>		3.472.117,75	4.992.449,84
<i>Outros Pagamentos Extraorçamentários</i>		43,10	14.799,44
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento			
Valores Compensados			1.241,98
Demais Pagamentos		43,10	13.557,46
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	32	561.518.205,31	481.978.498,78
<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>		561.518.205,31	481.978.498,78
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		18.903.199.448,35	16.465.461.373,44

3.4.1. Nota 28 – Receita Orçamentária

Considerando o complexo conjunto de grupos de fontes que é utilizado pela União, optou-se pela divulgação das receitas pelos valores brutos e a divulgação das deduções e ajustes em uma única linha. Esta escolha propicia, também, a divulgação dos valores brutos arrecadados da receita orçamentária, uma vez que essas informações não estão disponíveis no Balanço Orçamentário.

Na sequência é apresentada a abertura das deduções (ou ajustes) da receita orçamentária divulgada no Balanço Financeiro. A coluna da análise vertical (AV) se refere à arrecadação líquida.

Tabela 29 - Arrecadação Bruta x Arrecadação Líquida - Por Grupos de Fontes de Recursos

	Em R\$			
	Arrecadação Bruta	Deduções (ou Ajustes)	Arrecadação Líquida	AV
Ordinárias				
Vinculadas	1.159.056,61	-265,30	1.158.791,31	100,0%
Alienação de Bens e Direitos				
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.159.056,61	-265,30	1.158.791,31	100,0%
Total das Receitas Orçamentárias	1.159.056,61	-265,30	1.158.791,31	100,0%

3.4.2. Nota 29 – Despesa Orçamentária

Durante o ano de 2023, a despesa orçamentária executada pelo MPU foi de R\$ 8,84 bilhões. Na tabela, a seguir, é apresentada a composição das despesas executadas por grupos de fontes de recursos.

Tabela 30 - Execução da Despesa Orçamentária - Por Grupos de Fontes de Recursos

	Em R\$						
	MPF	MPT	MPDFT	MPM	ESMPU	MPU	AV
Ordinárias	4.685.992.826,20	1.952.007.878,26	1.004.088.595,12	287.911.481,80	33.764.686,19	7.963.765.467,57	90,1%
Recursos Livres da União	4.685.992.826,20	1.952.007.878,26	1.004.088.595,12	287.911.481,80	33.764.686,19	7.963.765.467,57	90,1%
Vinculadas	468.509.998,54	240.047.628,00	110.773.725,82	57.478.252,00	16.653,00	876.826.257,36	9,9%
Seguridade Social (Exceto Previdência)							
Previdência Social (RPPS)	467.766.125,00	240.047.628,00	104.414.425,00	57.478.252,00		869.706.430,00	9,8%
Alienação de Bens e Direitos							
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	743.873,54		6.359.300,82		16.653,00	7.119.827,36	0,1%
Total das Despesas Orçamentárias	5.154.502.824,74	2.192.055.506,26	1.114.862.320,94	345.389.733,80	33.781.339,19	8.840.591.724,93	100,0%

Considerando a despesa do período de referência, observa-se que 90,1% dos gastos foram executados em fontes de recursos ordinárias e apenas 9,9% nas vinculadas.

Dos gastos executados em fontes de recursos vinculadas, cerca de 9,8% – R\$ 869,7 milhões – está relacionado com a previdência social (RPPS).

3.4.3. Nota 30 – Repasse Concedido

Os registros neste item são originados, em especial, pelos repasses financeiros para o ressarcimento de despesas realizadas anteriormente pelas unidades descentralizadas, devido ao compartilhamento de espaço dos seus imóveis com as unidades gestoras do MPU.

3.4.4. Nota 31 – Pagamento de Restos a Pagar

Nos gráficos apresentados na sequência, são detalhados os pagamentos dos restos a pagar – processados e não processados –, por grupos de natureza da despesa.

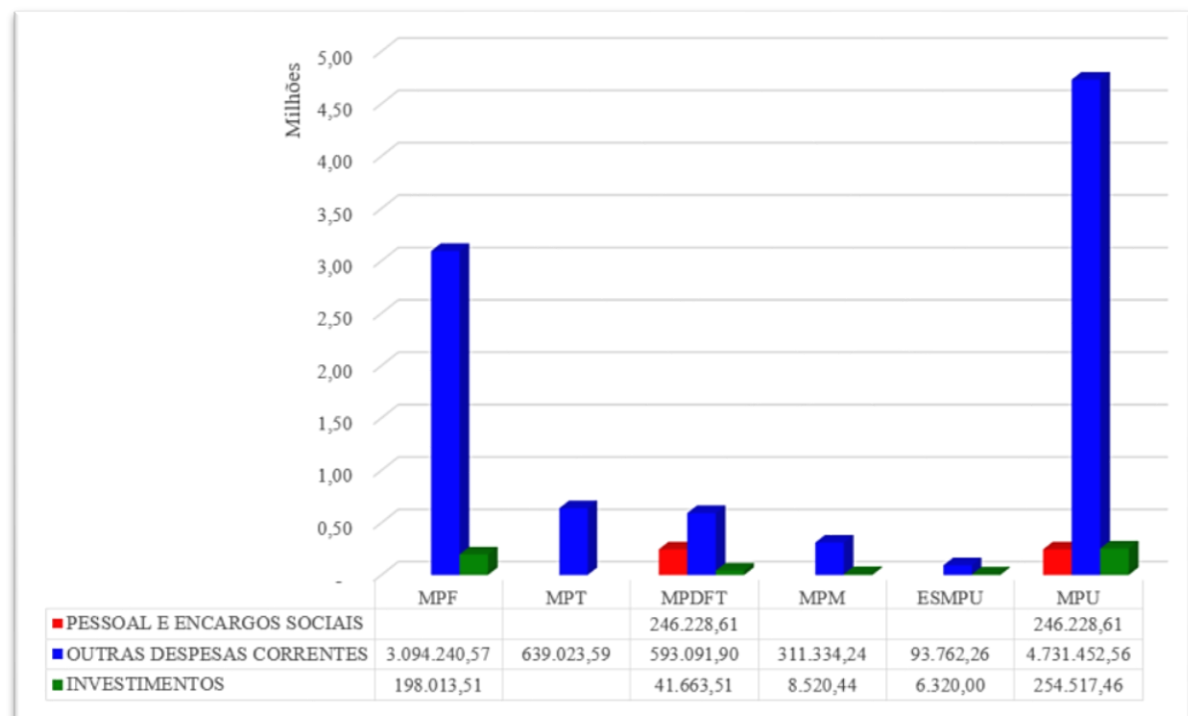


Gráfico 9 - Pagamento dos Restos a Pagar Processados

No exercício de 2023, foram pagos cerca de R\$ 5,2 milhões (97%) do estoque de R\$ 5,4 milhões de restos a pagar processados. No tocante aos restos a pagar não processados, foram pagos R\$ 81,6 milhões (68%) do estoque de R\$ 120 milhões.

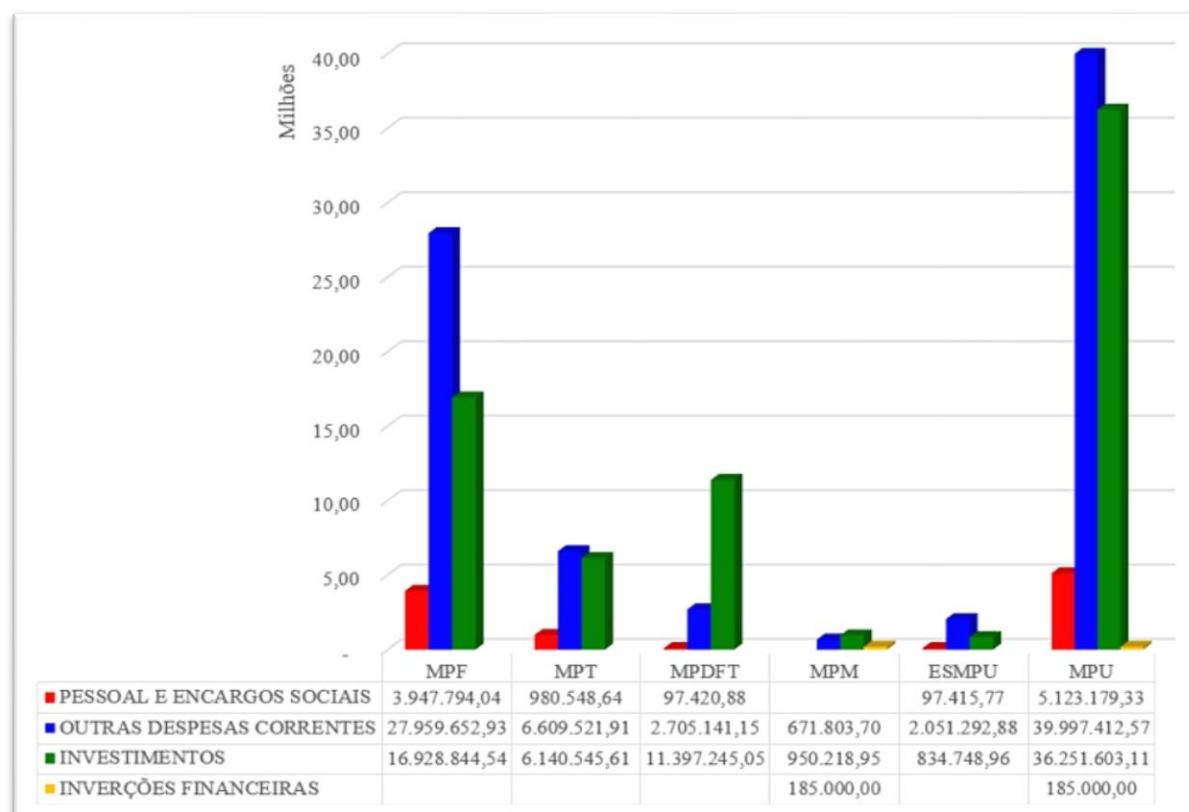


Gráfico 10 - Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados

Em relação aos restos a pagar não processados, constata-se que o principal montante de pagamentos ocorreu em Outras Despesas Correntes – R\$ 40 milhões – para custear, em especial, despesas das unidades gestoras do MPU com: apoio administrativo, técnico e operacional; serviços de tecnologia da informação e comunicação; manutenção e conservação de bens imóveis; limpeza e conservação; serviços de energia elétrica; serviços técnicos profissionais; vigilância ostensiva e material de consumo. Por sua vez, os pagamentos em Investimentos – R\$ 36,3 milhões – que foram decorrentes, principalmente, de despesas com obras em andamento.

3.4.5. Nota 32 – Resultado Financeiro

Este resultado é um indicador de equilíbrio financeiro (e não de desempenho), sendo apurado, entre outras formas, pelo confronto do saldo financeiro para o exercício seguinte (R\$ 561,5 milhões) e o saldo do exercício anterior (R\$ 482 milhões). O resultado financeiro do exercício foi superavitário no montante de R\$ 79,5 milhões, com sua formação detalhada na tabela apresentada na sequência.

Tabela 31 - Resultado Financeiro em 31/12/2023

	2023	2022	Em R\$ AH
Receita Orçamentária	1.158.791,31	3.357.096,11	-65,5%
Despesa Orçamentária	-8.840.591.724,93	-7.905.524.526,37	11,8%
	-8.839.432.933,62	-7.902.167.430,26	11,9%
Transferências Financeiras Recebidas	17.609.870.492,79	15.891.732.342,10	10,8%
Transferências Financeiras Concedidas	-9.410.827.963,62	-7.993.172.866,70	17,7%
	8.199.042.529,17	7.898.559.475,40	3,8%
Recebimentos Extraorçamentários	810.191.665,47	148.895.768,34	444,1%
Pagamentos Extraorçamentários	-90.261.554,49	-84.785.481,59	6,5%
	719.930.110,98	64.110.286,75	1023,0%
Resultado Financeiro do Exercício	79.539.706,53	60.502.331,89	31,5%

Dentre os recebimentos extraorçamentários de 2023, verifica-se que a inscrição de restos a pagar⁷ no montante de R\$ 161,7 milhões representa 20% do total desse agrupamento. Sobre os pagamentos extraorçamentários de 2023, destaca-se o pagamento dos restos a pagar no montante de R\$ 86,8 milhões (96,2% do total do agrupamento).

⁷ Os restos a pagar do exercício são computados como recebimentos extraorçamentários para compensar sua inclusão na despesa orçamentária, conforme disposto no parágrafo único do art. 103 da Lei nº 4.320/1964.

3.5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Esta demonstração permite a análise da capacidade do MPU gerar caixa e equivalente de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa identificará:

- a) as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- b) os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis;
- e
- c) o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício 2023

Em R\$

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NExp	2023	2022
Ingressos		18.259.172.625,64	15.946.121.461,21
Receita Patrimonial		465.139,80	502.077,83
Receita de Serviços		224.006,21	1.910.506,16
Outras Receitas Derivadas e Originárias		169.019,30	163.548,80
Outros Ingressos Operacionais		18.258.314.460,33	15.943.545.328,42
Desembolsos		-18.036.952.427,55	-15.774.394.002,75
Pessoal e Demais Despesas		-7.875.028.833,13	-7.002.805.806,58
Transferências Concedidas		-747.623.469,95	-773.408.080,19
Outros Desembolsos Operacionais		-9.414.300.124,47	-7.998.180.115,98
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)		222.220.198,09	171.727.458,46
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	NExp	2023	2022
Ingressos		300.626,00	780.963,32
Alienação de Bens		300.626,00	780.963,32
Desembolsos		-142.981.117,56	-112.006.089,89
Aquisição de Ativo Não Circulante		-130.571.073,68	-103.576.031,37
Outros Desembolsos de Investimentos		-12.410.043,88	-8.430.058,52
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)		-142.680.491,56	-111.225.126,57
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (III) = (I + II)	33	79.539.706,53	60.502.331,89
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		481.978.498,78	421.476.166,89
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		561.518.205,31	481.978.498,78

Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas

Exercício 2023

Em R\$

	NExp	2023	2022
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS			
<i>Total das Transferências Recebidas</i>			
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
Intragovernamentais		-747.623.469,95	-773.408.080,19
<i>Total das Transferências Concedidas</i>		-747.623.469,95	-773.408.080,19

Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função

Exercício 2023

Em R\$

	NExp	2023	2022
Judiciário		-9.883,91	
Essencial à Justiça		-6.767.028.455,68	-5.955.195.321,44
Administração		-831.500,08	-664.720,83
Previdência Social		-1.097.209.415,92	-1.042.794.898,21
Educação		-202,05	
Direitos da Cidadania		-17.251,00	-579.996,50
Ciência e Tecnologia			-12.663,19
Organização Agrária			-72.146,58
Encargos Especiais		-9.934.451,60	-3.488.608,62
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		2.327,11	2.548,79
<i>Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função</i>		-7.875.028.833,13	-7.002.805.806,58

3.5.1. Nota 33 – Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa, a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa é igual ao resultado financeiro e, dessa forma, alcançou o superávit de R\$ 79,5 milhões no ano de 2023, conforme tabela a seguir.

Tabela 32 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa - Formação

Em R\$

	2023	2022	AH
Atividades Operacionais	222.220.198,09	171.727.458,46	29,4%
Atividades de Investimentos	-142.680.491,56	-111.225.126,57	28,3%
Total	79.539.706,53	60.502.331,89	31,5%

O superávit do fluxo das atividades operacionais no montante de R\$ 222,2 milhões foi o que mais influenciou na geração líquida de caixa e equivalentes de caixa. Em comparação ao exercício anterior, tem-se que no fluxo sobredito ocorreu aumento de 29,4% (R\$ 50,5 milhões), devido ao acréscimo de R\$ 2,31 bilhões (14,5%) nos ingressos totais ser maior que o aumento de R\$ 2,26 bilhões (14,3%) ocorrido nos desembolsos totais.

3.6 – Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

Esta demonstração contábil evidencia a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período, sendo facultativa para o Ministério Público da União, conforme disposto no item 7 (Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido), Parte V (Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) do [MCASP](#).

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício 2023

Em R\$

ESPECIFICAÇÃO	NExp	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Total
Saldo Inicial do Exercício de 2022			3.781.667.911,08	3.781.667.911,08
Ajustes de Exercícios Anteriores			-341.216.104,92	-341.216.104,92
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos			-68.608.660,66	-68.608.660,66
Ajuste de Avaliação Patrimonial				
Resultado do Exercício			482.022.320,52	482.022.320,52
Saldo Final do Exercício de 2022			3.853.865.466,02	3.853.865.466,02
Saldo Inicial do Exercício de 2023			3.853.865.466,02	3.853.865.466,02
Ajustes de Exercícios Anteriores		5.974.686,75	-391.731.744,40	-385.757.057,65
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	09	364.338.556,17	-270.021.812,12	94.316.744,05
Ajuste de Avaliação Patrimonial				
Resultado do Exercício			469.652.131,33	469.652.131,33
Saldo Final do Exercício de 2023		370.313.242,92	3.661.764.040,83	4.032.077.283,75

Em 2022 o MPU encerrou o exercício com um patrimônio líquido de R\$ 3,85 bilhões. No exercício de 2023, houve um acréscimo de R\$ 178,2 milhões nesse saldo, decorrentes de lançamentos de Ajustes de Exercícios Anteriores (-R\$ 385,8 milhões), de Constituição/Realização da Reserva de Reavaliação de Ativos (94,3 milhões) e do Resultado do Exercício (R\$ 469,7 milhões). Assim, verifica-se uma variação de 4,6% em relação ao patrimônio líquido do ano anterior.

4. ANEXO – Informações sobre reavaliação e desvalorização de bens imóveis

200.032 – PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO – 5ª REGIÃO / BA

Fls. 1/1

REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS (VALORES LANÇADOS NA CONTA CONTÁBIL 4.6.1.1.1.02.00 – REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS)

Unidade Gestora: 200.032 – Procuradoria Regional do Trabalho – 5ª Região / BA
--

1 – IDENTIFICAÇÃO:

Nº do Processo: 20.02.0500.0002189/2021-57	Data do registro de reavaliação no SIAFI:	03/07/2023
Notas de Lançamento no SIAFI:		
2023NL800001, no valor de R\$ 7.769.882,28		
Edifício (RIP nº 3965.00068.500-1)		
Endereço do imóvel: Rua Genésio Porto nº 1077		
Bairro: Candcias	Vitória da Conquista - BA	

2 – MÉTODO(S) E PROCEDIMENTO(S) UTILIZADO(S):

Descrever os métodos e premissas significativos aplicados à estimativa do valor justo do bem imóvel
Método Comparativo Direto de Dados do Mercado Especificação • Grau II (Fundamentação) • Grau III (Precisão)

3 – RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S):

Identificação do responsável ou responsáveis pela reavaliação
Edilson [REDACTED] Júnior CREA-BA [REDACTED] 983 [REDACTED]

200.046 – PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA

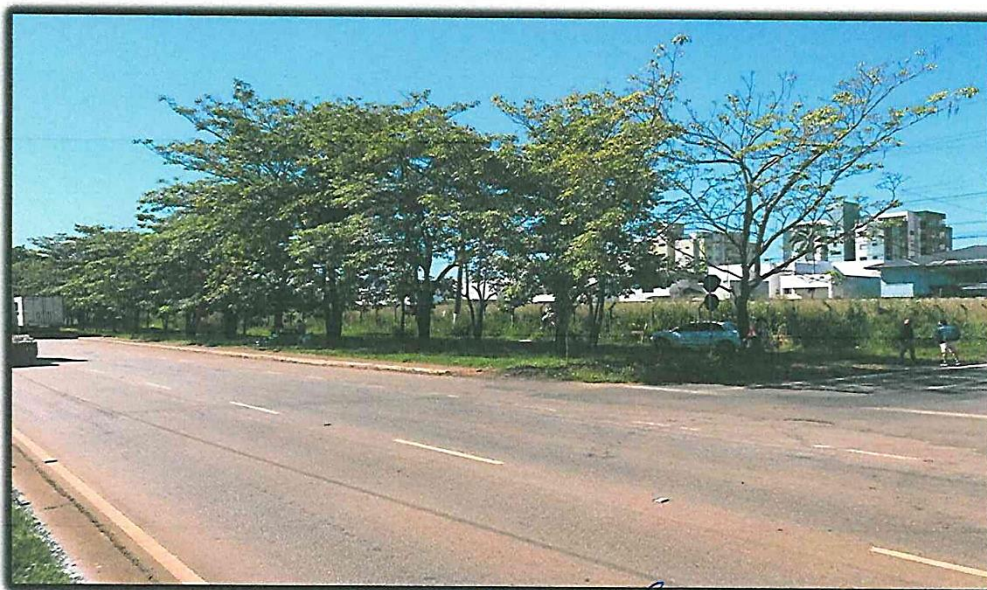
Procedimento 1.31.000.001828/2018-91, Documento 41.1, Página 1



PR-RO-00021199/2021

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA****LAUDO DE AVALIAÇÃO DE TERRENO****MPF – PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA
PORTO VELHO/RO****Grau de fundamentação I - Grau de Precisão III**

1

**SOLICITANTE: PROCURADORIA DA REPÚBLICA/RO - MPF
INTERESSADO: PROCURADORIA DA REPÚBLICA/RO - MPF
OBJETIVO: LAUDO DE AVALIAÇÃO DE TERRENO****TERRENO AVALIADO**

Autor:

Engenheiro Civil
CREA 41-D/RO
ENG/SEPAT**Porto Velho, 07 de Julho de 2021.****Procuradoria
da República
em Rondônia**Rua José Camacho, 3307 - Embratel – CEP 76.820-886 – Porto
Velho/RO.
Tel.: (69)3216-0548/0500 – fax (69) 3216-0551

1/9

Assinado com login e senha por ALAN ANTUNES ROSENDO, em 02/08/2021 16:37. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 604E70E4.2C535C9B.A57F1210.21EB1C80

Procedimento 1.31.000.001828/2018-91, Documento 41.1, Página 2

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA****RESUMO DO LAUDO REFERENTE AO IMÓVEL AVALIANDO - SINOPSE**

Processo: Nº:

1. VALOR DE AVALIAÇÃO (R\$):**R\$ 3.730.717,37****(Três milhões, setecentos e trinta mil, setecentos e dezessete reais e trinta e sete centavos).****2. INTRODUÇÃO**

Em atendimento à solicitação da Procuradoria da República em Rondônia, por meio do despacho nº 925/2021, etiqueta único PR-RO-00018865/2021, que delegou o Engenheiro Civil [REDACTED] para proceder ao Laudo Técnico de Locação do imóvel.

3. LOCALIZAÇÃOEndereço: **Av. dos Imigrantes, 3054 – Bairro: Industrial**Município: **Porto Velho/RO****4. DOCUMENTAÇÃO DA PROPRIEDADE**N.º da Matrícula: [REDACTED] 53 – Proprietário: **Francisco [REDACTED]**Setor: **010** – Quadra: **015** - Lote: **1483****5. CARACTERÍSTICAS DO TERRENO**Área: **4.500,00m²** - Situação na Quadra: **Esquina** - Formato do Terreno: **Retangular**Topografia: **Plano** - Superfície do Solo: **Seco****6. BENFEITORIAS EXISTENTES**

Desprovido de edificação

Procuradoria
da República
em RondôniaRua José Camacho, 3307 - Embratel – CEP 76.820-886 – Porto
Velho/RO.
Tel.: (69)3216-0548/0500 – fax (69) 3216-0551

2/9

Assinado com login e senha por ALAN ANTUNES ROSENDO, em 02/08/2021 16:37. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 604E70E4.2C535C9B.A57F1210.21EB1C80

Procedimento 1.31.000.001828/2018-91, Documento 41.1, Página 7



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA**

12. DESENVOLVIMENTOS E MÉTODOS

Conforme item 8.2.1 da NBR 14.653-1, a conceituação do método é a seguinte: “Identifica o valor de mercado do bem por meio de tratamento técnico dos atributos dos elementos comparáveis, constituintes da amostra”. É condição fundamental para aplicação deste método a existência de um conjunto de dados que possa ser tomada, estatisticamente, como amostra do mercado imobiliário para o Terreno e o Fator Testada ($F_t=1,10$), Terreno de meio de quadra com uma só frente, pelo Código Tributário.

7

12. VALOR DO TERRENO (V_t)

Fórmula Terreno:

Área do Terreno x Média (PU) x Fq x (Fator Localização na Quadra) x Fo (Fator Oferta)

Cálculo Terreno:

4.500,00 x 837,42 x 1,10 x 0,90

Valor Total Terreno

RS 3.730.717,37

(Três milhões, setecentos e trinta mil, setecentos e dezessete reais e trinta e sete centavos).

13. FAIXA DE ARBITRAMENTO

Conforme a NBR 14653-1, Avaliação de Bens, Parte-1: Procedimentos Gerais, item 3.8 e NBR 14653-2, Avaliação de Bens, Parte-2: Imóveis Urbanos, item B7 (Anexo B), o Campo de Arbitrio é o intervalo compreendido entre o valor máximo e o mínimo dos preços homogeneizados, efetivamente utilizados no tratamento, limitado a 15% do valor calculado, dentro do qual se pode arbitrar, pelo avaliador.

FAIXA DE ARBITRAMENTO		
Av. dos Imigrantes, 3054 - Industrial - Porto Velho/RO		
Valor Mínimo:	Valor Médio x 0,85	RS 3.171.109,77
Valor. Médio:	Valor Médio x 1,00	RS 3.730.717,37
Valor. Máximo:	Valor Médio x 1,15	RS 4.290.324,98



Procuradoria
da República
em Rondônia

Rua José Camacho, 3307 - Embratel - CEP 76.820-886 - Porto Velho/RO.
Tel.: (69)3216-0548/0500 - fax (69) 3216-0551

7/9

Assinado com login e senha por ALAN ANTUNES ROSENDO, em 02/08/2021 16:37. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 604E70E4.2C535C9B.A57F1210.21EB1C80

Procedimento 1.31.000.001828/2018-91, Documento 41.1, Página 9



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM RONDÔNIA**

15. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Adotando critérios da Norma Brasileira citada neste Laudo de Avaliação para encontrar o valor do imóvel citado no **Av. dos Imigrantes, 3054 – Bairro Industrial – Porto Velho/RO**, composto com os princípios técnicos que, a nosso ver, são os mais apropriados para o presente caso. Cabe ao ordenador, verificar e analisar a documentação recomendada para o fim que se destina e baseado no exposto, se é correspondente com a expectativa almejada. Documento de uso restrito, redigido e composto em 09 (nove) páginas.

9

Porto Velho-RO, 14 de Julho de 2021.

*Engenheiro Civil - CREA 41-D/RO
ASSESP/PR-RO*

De acordo:

*Engenheiro civil
ASSESP/PR-RO*

200.078 – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MARANHÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO
Município de Balsas

REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
(VALORES LANÇADOS NA CONTA CONTÁBIL 4.6.1.1.1.02.00 – REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS)

Unidade Gestora: 200.078 – Procuradoria da República no Maranhão

1 – IDENTIFICAÇÃO:

Type your text

Nº do Processo:	Data do registro de reavaliação no SIAFI:	03/02/2023
Notas de Lançamento no SIAFI:		
2023NL800005, no valor de R\$ 121.363,200		
RIP nº 0727.00028.500-1 – Residência		
Endereço do imóvel: Rua Edísio Silva, esquina 1 com a Rua 39, Quadra 75		
Bairro: Centro – CEP 65.800-000		Balsas – MA

2 - MÉTODO(S) E PROCEDIMENTO(S) UTILIZADO(S):

Descrever os métodos e premissas significativos aplicados à estimativa do valor justo do bem imóvel

Diante da dificuldade em encontrar imóveis nas dimensões, padrão de acabamento e estado de conservação igual ao imóvel avaliando, utilizaremos um misto de fórmulas expressas dentro das normas da ABNT e nossa experiência profissional na área imobiliária, portanto, uma **AVALIAÇÃO EXPEDITA**, conforme o que estabelece a Norma Técnica.

Para expressarmos o valor do imóvel, utilizaremos o método de reprodução de custos, levando-se em consideração o valor do Custo da Construção Civil, no Estado do Piauí, bem como a utilização do fator de depreciação física, estabelecido na tabela de Ross-Heidecke.

O CUB representa um custo parcial da obra, não levando em conta o valor do terreno, de elevadores, fundações especiais, instalações prediais (água, luz e esgoto, telefonia), remuneração de engenharia, publicidade, etc, sendo calculados com base em projetos-padrão representativos (1, 4, 8 ou 12 pavimentos; 2 ou 3 quartos; acabamentos baixo, normal e alto) a partir de lotes básicos de insumos (materiais, mão de obra e equipamentos) e seus respectivos pesos, definidos pela NBR-12721/93, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT

O Valor Final do Imóvel, será expresso dentro da formula:

$V_i = V_t + V_e$ Onde:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO**

Vi = Valor do Imóvel
Vt = Valor do Terreno
Ve = Valor da Edificação

Assim teremos para o Imóvel:
 $Vi = 106.500,00 + 643.024,13$

$Vi = 749.524,13$

Por ser a avaliação, matéria sem exatidão científica, faremos o arredondamento, avaliando o imóvel em R\$ 750.000,00 (Setecentos e Cinquenta Mil Reais)

3 – RESPONSÁVEL (IS) TÉCNICO (S)

Identificação do responsável ou responsáveis pela reavaliação	
Raimundo [REDACTED] Júnior	
Matricula [REDACTED] 32 PRMA / CREA [REDACTED] 20/D-MA	
CPF [REDACTED] 623.403 [REDACTED]	

200.080 – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PIAUÍ

Fls. 1/1

REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS (VALORES LANÇADOS NA CONTA CONTÁBIL 4.6.1.1.1.02.00 – REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS)
--

Unidade Gestora: **200080 – Procuradoria da República no Piauí****1 – IDENTIFICAÇÃO:**

Nº do Processo: 1.27.000.001514/2022-05	Data do registro de reavaliação no SIAFI:	12/05/2023
Notas de Lançamento no SIAFI:		
2023NL800001, no valor de R\$ 1.408.349,37		
Edifício (RIP nº 1159.00028.500-7)		
Endereço do imóvel: São Sebastião, nº 1105, CEP 64600-156		
Bairro: Campo da Várzea		Picos - PI

2 – MÉTODO(S) E PROCEDIMENTO(S) UTILIZADO(S):

Descrever os métodos e premissas significativos aplicados à estimativa do valor justo do bem imóvel
REF: VALORES LANÇADOS NA CONTA CONTÁBIL 4.6.1.1.1.02.00 – REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS O imóvel Matrícula nº 6647, de 28/02/2007, livro 2AA do 1º registro geral de imóveis da comarca de Picos-PI sofreu reavaliação conforme laudo anexado a este despacho, passando a valer o montante de R\$ 1.996.598,39 (Terreno R\$ 98.250,00 + Edificação R\$ 1.898.348,39). Assim, foi feita a atualização do valor do terreno e da benfeitoria no SPIUnet e SIAFI. Referida atualização gerou no SIAFI a NL800001 (controle de registro Spiunet a ratificar), o valor de R\$ 1.408.349,37. Desse modo, o valor gerado de R\$ 1.408.349,37, somado ao valor anteriormente registrado no SIAFI de R\$ 588.249,02, alcançou o valor atualizado de R\$ 1.996.598,39 em ambos os sistemas, compatibilizando assim os saldos entre estes. Na ocasião da atualização, os preços foram considerados pelo custo unitário básico (CUB), com referência em janeiro/2023 (o último disponibilizado). A documentação retro-citada consta do PGEA nº 1.27.000.001514/2023-05. O Laudo original de Avaliação foi realizado em 26 de novembro de 2021, através do PGEA nº 1.27.000.000225/2018-02 e seguiu a metodologia aprovada pela SPU. As vistorias aos imóveis da PR/PI, foram realizadas no período de 03 a 07, e de 24 a 29 de outubro de 2021. Conforme laudo de avaliação do imóvel ref. a PRM/Picos, para expressar o valor justo do bem imóvel, foi utilizado o método de reprodução de custos, levando-se em consideração o valor do Custo da Construção Civil, no Estado do Piauí, bem como a utilização do fator de depreciação física, estabelecido na tabela de Ross-Heidecke. Diante da dificuldade em encontrar imóveis nas dimensões, padrão de acabamento e estado de conservação igual aos imóveis avaliados, foi utilizado um misto de fórmulas expressas dentro das normas da ABNT e experiência profissional na área imobiliária, portanto, uma AVALIAÇÃO EXPEDITA, conforme o que estabelece a Norma Técnica. Em relação ao terreno, não foi necessário atualizar o preço por metros quadrados, visto não haver atualização pelo INCC. Vale também destacar que até então, o imóvel em questão estava sem ser reavaliado desde 2015, e que no ano de 2017/2018 este passou por significativa reforma com custo equivalente a R\$ 644.359,61, o

que elevou o seu valor comercial.

3 – RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S):

Identificação do responsável ou responsáveis pela reavaliação
Raimundo [REDACTED] Junior Engenheiro Civil Perito Assessor-Chefe Nível II Matrícula nº [REDACTED] 32, lotado na PR/Maranhão

200.091 – PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO – 6ª REGIÃO / PE



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados
Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União
Superintendência do Patrimônio da União em Pernambuco
Núcleo de Caracterização e Incorporação

RELATÓRIO DE VALOR DE REFERÊNCIA 124/2023

Endereço:	Rua Padre Antonio Tomaz, nº 100, Maurício de Nassau, Caruaru-PE		
Finalidade:	Atualização de Valor para Fins de Cadastro		
Solicitante:	NUDEP/SPU-PE		
Objetivo:	Cálculo do Valor de Referência do Imóvel		
Proprietário:	União		
Responsáveis Técnicos:	Ângelo [REDACTED] Costa, Engenheiro Civil		
Processo:	10154.134348/2019-18		
RESULTADOS DA AVALIAÇÃO			
Valor do Terreno:	R\$ 1.036.332,00 (um milhão, trinta e seis mil trezentos e trinta e dois reais)		
Valor das Benfeitorias:	R\$ 1.450.614,94 (um milhão, quatrocentos e cinquenta mil seiscentos e quatorze reais e noventa e quatro centavos)		
Valor do Imóvel:	R\$ 2.486.946,94 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil novecentos e quarenta e seis reais e noventa e quatro centavos)		
Fator de Comercialização (FC):	1,00		
Valor Adotado:	R\$ 2.486.946,94 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil novecentos e quarenta e seis reais e noventa e quatro centavos)		
Liquidez:	Normal		
IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL			
Tipo de Imóvel:	Urbano		
RIP:	2381 00081.500-0 (SPIUnet)		
Matrícula:	25.153	Cartório:	Cartório Registro Geral de Imóveis do 1º Ofício de Caruaru
Endereço:	Rua Padre Antonio Tomaz, nº 100		
Bairro:	Maurício de Nassau		
Município:	Caruaru	UF:	PE
CEP:	55012-630		
Posição geográfica:	-8.2779939,-35.9706651		
Área:	Terreno (m²):	720,00 m²	
	Benfeitoria (m²):	634,95 m²	
Descrição Sintética do Imóvel:	Trata-se de um imóvel urbano, nacional interior, de uso público (Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região - Ministério Público do Trabalho), conforme informações extraídas do SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (27860215), com área de 634,95 m², construída sobre um terreno com área de 720,00 m² com a seguinte configuração: Mede 24,00 m de frente, 24,00 m de fundos e 30,00 m nos flancos direito e esquerdo, limitando-se ao Norte com o leito da Rua Padre Antônio Tomaz; ao Sul com o Citi Hotel Premium na Av. Dr. José Leão nº 307, ao leste com o imóvel de Cleto Gomes Pires Raposo nº 106, que dá frente para a Rua Padre Antônio Tomaz e ao Oeste com o leito da Av. Dr. Pedro Jordão. O valor do terreno unitário (Vg) foi obtido através da última avaliação no SPIUnet (R\$ 1.198,72/m²), do imóvel cadastrado sob o RIP nº 2381 00081.500-0, com data de 07/2015, aplicando-se a correção monetária pelo IPCA, no período entre 10/2020 a 12/2022, chegando-se ao valor de R\$ 1.439,35/m². O presente relatório, dada a sua finalidade, foi elaborado com as informações disponíveis no LAUDO DE AVALIAÇÃO 700/2020 (10263794) nos autos do processo SEI nº 10154.134348/2019-18, dispensando-se assim a realização de vistoria.		
CARACTERÍSTICAS DO TERRENO E DA REGIÃO			
Formato:	Retangular		
Dimensões:	Área Total (ATT) (m²):	720,00 m²	
	Área Total da União (ATU) (m²):	720,00 m²	
	r (ATU/ATT):	1	
	Testada Principal (m):	24,00 m	
	Profundidade Equivalente (m):	30,00 m	

Documento assinado eletronicamente por EDJANE MACHADO DOS SANTOS em 27/06/2023, às 12h42min33s (horário de Brasília). Endereço para verificação: https://protocolo.administrativo.mpt.mg.br/processoeletronico/consultas/valida_assinatura.php?m=2&id=9828233&ca=0PFUOTMEL146KE

Situação:	Esquina							
Topografia:	X	Plano	X	Mesmo nível logradouro		Requer corte		
		Acidentado		Abaixo do logradouro		Requer aterro		
		Inclinado		Acima do logradouro				
Superfície:	Seca							
Características do Logradouro:	Infra-estrutura Urbana		X	Pavimentação	X	Iluminação Pública		
			X	Rede Pluvial	X	Passoio		
			X	Rede Elétrica	X	Guias/sarjetas		
			X	Rede de Água	X	Telefone		
			X	Rede Esgoto	X	TV a Cabo		
	Serviços Públicos e Comunitários		X	Gás Encanado				
			X	Escola	X	Comércio		
			X	Posto de Saúde	X	Rede Bancária		
			X	Segurança	X	Área de Lazer		
	Usos predominantes		X	Transporte Coletivo	X	Coleta de Lixo		
			X	Residencial Unifamiliar		Comercial		
			X	Residencial Multifamiliar		Industrial		
		X	Misto					
Plano Diretor:								
Valor Unitário do terreno:	Código do logradouro:							
	Valor do m² do terreno (Vg):		R\$ 1.439,35/m² ¹					
	Fonte da (Vg):		[1] O valor do terreno unitário (Vg) foi obtido através da última avaliação no SPIUnet (R\$ 1.198,72/m²), do imóvel cadastrado sob o RIP nº 2381 00081.500-0, com data de 07/2015, aplicando-se a correção monetária pelo IPCA, no período entre 10/2020 a 12/2022, chegando-se ao valor de R\$ 1.439,35/m².					
	PVG Municipal							
Fatores de Homogeneização	Testada (Ft)		Área (Fa)		Pedologia (Fdp)			
	Profundidade (Fp)		Testada múltipla (Ftm)		Acidentação topográfica (Fat)			
	Transposição (Ftr)		Restrição legal (Frl)		Outro			
Σ das influências dos Fatores de homogeneização (Fct):	Fórmula Fct = 1 + (F1-1) + (F2-1) + (F3-1) ... + (Fn-1) = 1,00							
Valor do Vg homogeneizado:	Fórmula Vgh = Vg x Fct = R\$ 1.439,35/m² x 1,00 = R\$ 1.439,35/m²							
<u>CARACTERÍSTICAS DAS BENFEITORIAS</u>								
Descrição Sintética:	Trata-se de um imóvel urbano, nacional interior, de uso público (Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região - Ministério Público do Trabalho), conforme informações extraídas do SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (27860215), com área de 634,95 m², construída sobre um terreno com área de 720,00 m², com padrão construtivo alto e em ótimo estado de conservação, com a seguinte divisão interna: 6 (seis) quartos, sendo 3 (três) com suítes e 1 (um) com suite, banheiro de hidromassagem e closet, 1 (um) varanda comum aos quartos do pavimento superior, 3 (três) salas, 2 (dois) lavabo, 2 (dois) terraços, 2 (duas) cozinhas, 1 (uma) dependência de empregada, 3 (três) halls, 1 (um) lavanderia, 2 (duas) despensas, piscina, sauna, academia e apoio à piscina (wc e vestiário), churrasqueira, garagem coberta para 6 (seis) veículos, bem como garagem descoberta para 2 (dois) veículos, 1 (um) reservatório inferior de 15.000 l e 1 (um) superior de 7.000 l.							
Tipo:								
Uso:	X	Residencial		Comercial		Industrial		Misto
Estrutura:	X	Concreto		Metálica	X	Alvenaria		Madeira
Cobertura:	X	Laje	X	Telha de Barro		Fibro-cimento		Metálica
Padrão:	X	Alto		Normal		Baixo		Popular
Revestimento da fachada:	X	Reboco/Pintura	X	Cerâmico		Mármore/Granito		Vidro
Pisos:		Cimentado	X	Cerâmico	X	Mármore/Granito	X	Taco/Tábua
Forro:	X	Laje		Madeira	X	Gesso		PVC
Esquadrias:		Ferro	X	Madeira		Alumínio	X	Vidro
Idade Aparente:	22 anos							
Ano do Habite-se								
Nº de Pavimentos:	02 (dois) pavimentos							
Nº de Vagas de	Cobertas:				06 (seis) vagas			

Documento assinado eletronicamente por EDJANE MACHADO DOS SANTOS em 27/06/2023, às 12h42min35s (horário de Brasília). Endereço para verificação: https://protocolo.administrativo.mpt.mp.br/processoeletronico/consultas/valida_assinatura.php?m=2&id=9828233&ca=0FFHUTUL1461KE

Garagem:	Descobertas:		02 (duas) vagas							
Situação Atual:	Desocupado									
Instalações e Equipamentos:										
Observações:	O presente relatório, dada a sua finalidade, foi elaborado com as informações disponíveis no LAUDO DE AVALIAÇÃO 700/2020 (10263794) nos autos do processo SEI nº 10154.134348/2019-18, dispensando-se assim a realização de vistoria.									
MEMORIAL DE CÁLCULO										
Valor terreno total (Vtt):	Fórmula Vtt = Área total x Vgh = 720,00 m² x R\$ 1.439,35/m² = R\$ 1.036.332,00									
Gleba Urbanizável:	Porcentagem de Aproveitamento (Pa):									
	Produto Geral de Vendas (Pgv):		Fórmula Pgv = Pa x Vtt							
	Porcentagem de Despesas (Dp):									
	Porcentagem de Lucro (Lp):									
	Valor total da gleba (Vtg):		Fórmula Vtg = (1-Dp-Lp) x Pgv							
	Valor unitário da gleba (Vug):		Fórmula Vug = Vtg/ Área total							
Valor da fração ideal (Vfi):		Fórmula Vfi = Vtg x fração ideal								
Avaliação da(s) benfeitoria(s):	Identificação	Área da benfeitoria (m²)	Idade Aparente (anos)	Vida útil (anos)	Estado de Conservação (ROSS-HEIDECKE)	Padrão do CUB	CUB	Coefficiente de valor pleno (Kp)	Fator de depreciação (Fd método ROSS-HEIDECKE)	Custo de reprodução
	Edificação de uso público	634,95	22	60	1,5	R8-A (12/2022)	2.327,58/m²	1,33	0,738	Fórmula Custo de reprodução = Área da benfeitoria x CUB x Kp x Fd
Custo total de reprodução das benfeitorias (Vb):	Fórmula Vb = Σ Custo de reprodução = R\$ 1.450.614,94									
Fator de comercialização (Fc):	1,00									
Valor do Imóvel (Vi):	Fórmula Vi = (Valor do terreno + Valor da benfeitoria) x Fc = (R\$ 1.036.332,00 + R\$ 1.450.614,94) x 1,00 = R\$ 2.486.946,94									
RESPONSABILIDADE TÉCNICA										
Responsável 1:	ÂNGELO COSTA		Cargo:	ENGENHEIRO CIVIL	Matrícula/CREA:	1634 D-PE				
Responsável 2:			Cargo:		Matrícula/CREA:					

Documento assinado eletronicamente
ÂNGELO COSTA
Engenheiro Civil



Documento assinado eletronicamente por Angelo Costa, Engenheiro(a) Civil, em 24/01/2023, às 21:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 31075605 e o código CRC 561BF3B3.

Documento assinado eletronicamente por EDJANE MACHADO DOS SANTOS em 27/06/2023, às 12h42min35s (horário de Brasília). Endereço para verificação: https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br/processoseletronico/consultas/valida_assinatura.php?m=24&id=9828233&ca=0FF80070&p=14618E.

200.205 – PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO – 23ª REGIÃO / MT

Fls. 1

REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS (VALORES LANÇADOS NA CONTA CONTÁBIL 4.6.1.1.1.02.00 – REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS)
--

Unidade Gestora: 200.205 – Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região – MT
--

1 – IDENTIFICAÇÃO:

Nº do Processo: 10154.133871/2019-27 (SPU/MT)	Datas dos registros de reavaliação no SIAFI:	26/04/2023
Notas de Lançamento no SIAFI:		
2023NL800001, no valor de R\$ 1.758.708,45		
RIP nº 9151.00162.500-4 – Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho no Município de Rondonópolis - MT		
Endereço do imóvel: Av Dom Aquino, 419		
Bairro: Jd Guanabara	Rondonópolis – MT	

2 – MÉTODO(S) E PROCEDIMENTO(S) UTILIZADO(S):

Descrever os métodos e premissas significativos aplicados à estimativa do valor justo do bem imóvel
Método Comparativo Direto de Dados de Mercado – com Tratamento Científico dos dados por Inferência Estatística (conforme LAUDO DE AVALIAÇÃO nº 584/2019).

3 – RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S):

Identificação do responsável ou responsáveis pela reavaliação
Engº Antonio [REDACTED] Amorim – mat. [REDACTED] 566 – CREA [REDACTED] 48-D/MT

200.206 – PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO – 24ª REGIÃO / MS

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados
Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União
Superintendência do Patrimônio da União no Mato Grosso do Sul
Núcleo de Regularização Fundiária e Habitação

LAUDO DE AVALIAÇÃO 13/2023

Endereço:	Avenida Doutor Paulo Machado, 120, Santa Fé, Campo Grande/MS.
Finalidade:	Atualização Contábil
Solicitante:	MPT-MS
Objetivo:	Determinar o valor de mercado
Proprietário:	União
Normas utilizadas:	NBR 14.653-1 / 14.653-2, Instrução Normativa SPU nº 067/2022
Método utilizado:	Método Evolutivo
Responsáveis técnicos:	Engenheiro Civil Bruno [REDACTED] Silva
Data:	na data da assinatura eletrônica.
Processo	10154.171087/2022-12

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Enquadramento:	Grau de Precisão III e Grau de Fundamentação II
Valor adotado:	R\$ 7.150.000,00 (terreno) + R\$ 7.605.000,00 (benfeitoria) = R\$ 14.755.000,00
Liquidez:	baixa

IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL

Tipo de Imóvel:	Urbano		
RIP:	9051012125001		
Matrícula:	260779	Cartório:	1ª Circunscrição de Campo Grande/MS
Endereço:	Avenida Doutor Paulo Machado		
Bairro:	Santa Fé		
Município:	Campo Grande	UF:	MS
CEP:	79021-300		
Posição geográfica:	-20.466315, -54.612856		
Descrição Sintética do Imóvel:	Imóvel adquirido para sediar a Procuradoria Regional do Trabalho 24ª Região no Mato Grosso do Sul		



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados
Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União
Superintendência do Patrimônio da União no Mato Grosso do Sul
Núcleo de Regularização Fundiária e Habitação

LAUDO DE AVALIAÇÃO 12/2023

Endereço:	Rua Ediberto Celestino de Oliveira, 2605, Vila Planalto, Dourados/MS
Finalidade:	Atualização Contábil
Solicitante:	MPT-MS
Objetivo:	Determinar o valor de mercado
Proprietário:	União
Normas utilizadas:	NBR 14.653-1 / 14.653-2, Instrução Normativa SPU nº 067/2022
Método utilizado:	Método Evolutivo
Responsáveis técnicos:	Engenheiro Civil Bruno [REDACTED] Silva / Engenheiro Civil Duílio [REDACTED]
Data:	na data da assinatura eletrônica.
Processo	10154.171087/2022-12

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Enquadramento:	Grau de Precisão III e Grau de Fundamentação II
Valor adotado:	R\$ 2.400.000,00 (terreno) + R\$ 1.500.000,00 (benfeitoria) = R\$ 3.900.000,00 (três milhões novecentos mil reais)
Liquidez:	baixa

IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL

Tipo de Imóvel:	Urbano		
RIP:	9073002285007		
Matrícula:	67062	Cartório:	CRI de Dourados/MS
Endereço:	Rua Ediberto Celestino de Oliveira		
Bairro:	Vila Planalto		
Município:	Dourados	UF:	MS
CEP:	79826-150		
Posição geográfica:	-22.219266, -54.802886		



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados
Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União
Superintendência do Patrimônio da União no Mato Grosso do Sul
Núcleo de Regularização Fundiária e Habitação

LAUDO DE AVALIAÇÃO 46/2023

Endereço:	Rua Paranaíba - Lote 08 da Quadra 76, Jd. Colinos/Jd. Primavera, Três Lagoas/MS
Finalidade:	Atualização Contábil
Solicitante:	MPT-MS
Objetivo:	Determinar o valor de mercado
Proprietário:	União
Normas utilizadas:	NBR 14.653-1 / 14.653-2, Instrução Normativa SPU nº 067/2022
Método utilizado:	Método Evolutivo
Responsáveis técnicos:	Engenheiro Civil Bruno [REDACTED] Silva / Arquiteto Fhelippe [REDACTED]
Data:	na data da assinatura eletrônica.
Processo	10154.171087/2022-12

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Enquadramento:	Grau de Precisão III e Grau de Fundamentação II
Valor adotado:	R\$ 673.000,00 (terreno) + R\$ 1.342.000,00 (benfeitoria) = R\$ 2.015.000,00 (dois milhões e quinze mil reais)
Liquidez:	baixa

IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL

Tipo de Imóvel:	Urbano		
RIP:	9165001605003		
Matrícula:	17752	Cartório:	CRI Três Lagoas/MS
Endereço:	Rua Paranaíba, 1937 - Lote 08 da Quadra 76		
Bairro:	Jd. Colinos/Jd. Primavera		
Município:	Três Lagoas	UF:	MS
CEP:	79603-090		
Posição geográfica:	-20.796645, -51.696868		
Descrição Sintética do Imóvel:	Imóvel adquirido para sediar a Procuradoria Regional do Trabalho 24ª		

CARACTERÍSTICAS DO TERRENO E DA REGIÃO

Índice fiscal:					
Formato:	Retangular				
Dimensões:	Área Total (m²):	1.000,00			
	Área Total da União (ATU) (m²):	1.000,00			
	r (ATU/ATT):	1,0000000			
	Testada Principal (m):	20,00			
	Profundidade Equivalente (m):	50,00			
Confrontações (medidas e confinantes), em metros:	Frente:	Rua Paranaíba			
	Fundos:	Lote 03			
	Lado direito:	Lote 07			
	Lado esquerdo:	Lote 09			
Situação:	Meio de Quadra				
Topografia:	x	Plano	x	Mesmo nível logradouro	Requer corte
		Acidentado		Abaixo do logradouro	Requer aterro



mpu
MINISTÉRIO PÚBLICO
DA UNIÃO